

**2012**  
**novembro**

**Síntese da Execução Orçamental**

Ministério das Finanças

Direção-Geral do Orçamento

Síntese de Execução Orçamental  
Publicação mensal  
Elaborado com Informação disponível até 23 de novembro

Direção-Geral do Orçamento  
Telefone: 21 884 63 00  
Endereço Internet: <http://www.dgo.pt>  
Endereço *email*: [dgo@dgo.pt](mailto:dgo@dgo.pt)

<b>ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS .....</b>	<b>3</b>
SÍNTESE GLOBAL.....	3
<b>SUBSETOR ESTADO.....</b>	<b>7</b>
SÍNTESE .....	7
RECEITA .....	8
DESPESA .....	13
<b>SUBSETOR SERVIÇOS E FUNDOS AUTÔNOMOS .....</b>	<b>16</b>
SÍNTESE .....	16
RECEITA .....	18
DESPESA .....	19
<b>ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS (EPR).....</b>	<b>20</b>
<b>SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE .....</b>	<b>22</b>
SÍNTESE .....	22
RECEITA .....	23
DESPESA .....	23
<b>SEGURANÇA SOCIAL .....</b>	<b>24</b>
SÍNTESE .....	24
RECEITA .....	26
DESPESA .....	26
<b>ADMINISTRAÇÃO REGIONAL .....</b>	<b>27</b>
SÍNTESE .....	27
RECEITA .....	28
DESPESA .....	29
<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL.....</b>	<b>30</b>
SÍNTESE .....	30
RECEITA .....	31
DESPESA .....	31

### Índice de quadros:

Quadro 1 – Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social - Comparação 2012 e 2011 .....	5
Quadro 2 – Execução orçamental do Estado (janeiro a outubro) .....	7
Quadro 3 – Execução Orçamental da receita fiscal do Estado (janeiro a outubro) .....	9
Quadro 4 – Reembolsos (janeiro a outubro) .....	11
Quadro 5 – Execução orçamental da receita não fiscal do Estado (janeiro a outubro) .....	12
Quadro 6 – Execução orçamental de Despesa do Estado (janeiro a outubro) .....	13
Quadro 7 – Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos (janeiro a outubro) .....	16
Quadro 8 – Saldo Global do Subsetor dos Serviços e Fundos Autónomos (janeiro a outubro) – excluindo EPR .....	18
Quadro 9 – Saldo Global das Entidades Públicas Recllassificadas (janeiro a outubro).....	20
Quadro 10 – Execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde (janeiro a outubro) .....	22
Quadro 11 – Execução orçamental da Segurança Social (janeiro a outubro).....	24
Quadro 12 – Execução orçamental da Administração Regional (janeiro a outubro) .....	27
Quadro 13 – Execução orçamental da Administração Local (janeiro a outubro) .....	30

### Índice de gráficos:

Gráfico 1 - Saldo Global do subsetor Estado (milhões de euros).....	8
Gráfico 2 - Despesa Efetiva do subsetor Estado – VHA (%) .....	14
Gráfico 3 - Evolução da VH e da VHA da despesa efetiva do subsetor Estado (%) .....	15
Gráfico 4 - Evolução do saldo global do subsetor dos SFA - milhões de Euros .....	17
Gráfico 5 - Saldo global do Serviço Nacional de Saúde – milhões de euros .....	22
Gráfico 6 - Contribuições, quotizações e prestações sociais - VH (%) .....	25
Gráfico 7 - Saldo global da Segurança Social – milhões de euros.....	25
Gráfico 8 - Evolução do saldo global da Adm. Regional (M€).....	28
Gráfico 9 - Receita e despesa efetiva – VH (%) .....	28
Gráfico 10 - Evolução do saldo global da Adm. Local (M€).....	31
Gráfico 11 - Receita e despesa efetiva – VH (%).....	31

## SÍNTESE GLOBAL

- O saldo da **Administração Central e da Segurança Social** relevante para efeitos do Programa de Ajustamento Económico e financeiro (PAEF) situou-se em -8.144,8 milhões de euros, no final do mês de outubro. Este saldo difere dos valores apurados na ótica da contabilidade pública, nos termos do Memorando Técnico de Entendimento do PAEF, devido à exclusão da receita dos fundos de pensões de 2.783,9 milhões de euros), aos pagamentos de dívidas de anos anteriores do Serviço Nacional de Saúde (SNS), no montante de 1.408,2 milhões de euros, e a outros ajustamentos no montante de 62,7 milhões de euros.
- A despesa efetiva da **Administração Central e da Segurança Social** até outubro registou uma variação homóloga<sup>1</sup> de 0,7%. Por sua vez, a despesa primária decresceu 0,8%. Este resultado está influenciado pela despesa associada à regularização de dívidas do Serviço Nacional de Saúde relativa a anos anteriores, no montante de 1.408,2 milhões de euros, cujo contributo para a variação homóloga da despesa foi de 2,5 p.p. e de 2,8 p.p. no que respeita à despesa primária. Excluindo este efeito, obteríamos taxas de variação de -1,8% e -3,5%, respetivamente.

As despesas com o pessoal diminuíram 13,7% (-14,5% até setembro), refletindo o efeito decorrente da medida de suspensão do subsídio de férias, bem como a evolução do número de funcionários. A variação homóloga mensal foi de -6,1%, resultado que compara com -4,9% em setembro. Esta evolução é justificada pela diminuição de encargos no ano letivo 2012/2013, em resultado da redução do número de docentes dos estabelecimentos de ensino não superior.

A despesa com bens e serviços e outras despesas correntes cresceu 13,2% (14,3% até setembro), evolução atribuível ao já referido efeito da regularização de dívidas do SNS. Corrigido este fator, estas despesas teriam uma redução de cerca de 3,6% (-4,4% até setembro).

A despesa com juros e outros encargos da dívida, nos primeiros dez meses do ano, aumentou 13,8% relativamente ao período homólogo de 2011 (20,5% até setembro). A evolução mensal desta rubrica de despesa (variação de -3,7% face ao homólogo de 2011) reflete o padrão intra-anual próprio, determinado sobretudo pelo facto de o *stock* de Bilhetes do Tesouro com maturidade em outubro de 2012 ser inferior a igual período de 2011.

O crescimento das transferências correntes em 3% (3,1% até setembro) deveu-se, nomeadamente, ao comportamento da despesa com o subsídio de desemprego e de apoio ao emprego e pelos encargos associados ao pagamento de prestações aos pensionistas abrangidos pelo regime contributivo dos bancários. Estes efeitos são parcialmente compensados pela redução das pensões a cargo da Caixa Geral de Aposentações, I.P., em resultado da medida de suspensão do pagamento do subsídio de férias aos aposentados.

A redução ligeiramente menos acentuada das transferências de capital (-24,8% que compara com -25,2% até setembro) reflete a diluição dos efeitos base da execução de 2011 associados à regularização de responsabilidades financeiras do Estado perante as concessionárias de infraestruturas rodoviárias, bem como à operação de cessão de créditos realizada em 2011 pela CGA.

<sup>1</sup> As comparações homólogas são realizadas considerando universos comparáveis. Assim, nas comparações homólogas referentes à Administração Central e aos Serviços e Fundos Autónomos (SFA) não são consideradas as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR).

- A **receita efetiva** até outubro registou uma variação, face ao período homólogo de 2011, de 1,6% (2,4% até setembro) devido essencialmente à contabilização do montante de 2.687,1 milhões de euros relativos à transmissão da parte remanescente da titularidade dos ativos dos fundos de pensões das instituições de crédito (IC). Excluído este efeito, a receita efetiva registaria uma redução de 3,8% em resultado do comportamento da receita fiscal e das contribuições para a Segurança Social.

Com efeito, a receita fiscal apresentou uma evolução negativa (-4,2%), contudo menos acentuada que a observada até setembro (-4,7%), resultado que se deve à recuperação da receita de impostos sobre os rendimentos e da receita dos impostos indiretos, designadamente do IVA e do Imposto sobre Veículos. De salientar que a cobrança voluntária do IVA até outubro relativa a operações domésticas superou, pela primeira vez em 2012, os valores acumulados referentes ao ano anterior

A redução das contribuições sociais (-5,8%) - que, ainda assim, é menos pronunciada do que a observada até setembro (-6%) - reflete o impacto da evolução do emprego na execução orçamental da Segurança Social e, no caso da CGA, da medida de suspensão do pagamento do subsídio de férias do pessoal no ativo.

- O saldo da **Administração Central e da Segurança Social** até outubro de 2012 situou-se em -6.706,3 milhões de euros. Considerando o universo comparável, o saldo situar-se-ia em -6.048 milhões de euros, que compara favoravelmente com -6.469 milhões de euros no período homólogo. O saldo primário foi excedentário, situando-se em 395,5 milhões de euros. Considerando o universo comparável, o saldo primário foi de 511,7 milhões de euros, que compara favoravelmente com -706,8 milhões de euros em 2011.

**Quadro 1 - Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social - Comparação 2012 e 2011**

€ Milhões

	Universo comparável		Universo comparável (sem EPR)				Universo real	
	jan - out 2011		outubro 2012		jan - outubro 2012		jan - outubro 2012	
	Execução acumulada	Execução mensal	Variação homologa (%)	Grau de execução mensal (%)	Execução acumulada	Variação homologa acumulada (%)	Execução acumulada	Grau de execução acumulada (%)
<b>Receita corrente</b>	<b>49.041,1</b>	<b>4.303,9</b>	<b>-6,2</b>	<b>7,0</b>	<b>47.344,7</b>	<b>-3,5</b>	<b>48.882,1</b>	<b>76,2</b>
Receita Fiscal	28.291,7	2.379,7	1,7	6,5	27.110,3	-4,2	27.676,2	74,4
Impostos diretos	11.373,4	962,5	2,4	6,7	10.951,1	-3,7	10.951,1	75,7
Impostos indiretos	16.918,3	1.417,2	1,3	6,4	16.159,2	-4,5	16.725,1	73,6
Contribuições de Segurança Social	14.729,6	1.319,2	-3,8	7,5	13.878,8	-5,8	13.878,8	78,9
Outras receitas correntes	6.019,8	605,1	-30,9	7,7	6.355,6	5,6	7.327,1	78,1
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	53,2	6,2	-12,1	7,3	56,4	5,9	54,6	65,6
<b>Receita de capital</b>	<b>1.353,8</b>	<b>46,9</b>	<b>10,7</b>	<b>1,0</b>	<b>3.877,3</b>	<b>186,4</b>	<b>4.021,4</b>	<b>77,2</b>
Venda de Bens de Investimento	29,5	1,2	-57,4	0,8	5,7	-80,6	9,8	5,9
Transferências de capital	1.078,3	42,9	12,8	1,0	3.410,3	216,3	3.548,9	78,3
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	8,9	0,0	-95,3	0,1	7,0	-21,1	7,0	34,2
Outras receitas de capital	246,0	2,9	74,2	0,6	461,2	87,5	462,6	90,4
<b>Receita efetiva</b>	<b>50.394,9</b>	<b>4.350,9</b>	<b>-6,0</b>	<b>6,5</b>	<b>51.222,0</b>	<b>1,6</b>	<b>52.903,5</b>	<b>76,3</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>53.678,5</b>	<b>6.223,8</b>	<b>-1,0</b>	<b>9,1</b>	<b>54.818,9</b>	<b>2,1</b>	<b>56.328,7</b>	<b>79,7</b>
Consumo público	18.883,8	1.780,2	-1,4	7,3	18.543,9	-1,8	19.846,2	76,4
Despesas com o pessoal	10.527,1	890,8	-6,1	7,6	9.081,8	-13,7	9.631,1	77,7
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	8.356,7	889,4	3,9	7,1	9.462,1	13,2	10.215,1	75,2
Subsídios	1.160,1	129,1	-23,4	8,4	1.012,9	-12,7	1.034,6	66,0
Juros e outros encargos	5.762,2	1.529,9	-3,7	20,8	6.559,7	13,8	7.101,8	83,7
Transferências correntes	27.872,4	2.784,6	2,2	7,9	28.702,5	3,0	28.346,0	81,8
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	1.696,3	250,5	23,2	10,2	2.009,1	18,4	1.631,2	83,2
<b>Despesa de capital</b>	<b>3.185,4</b>	<b>262,0</b>	<b>-15,5</b>	<b>7,0</b>	<b>2.451,1</b>	<b>-23,1</b>	<b>3.281,2</b>	<b>64,2</b>
Investimento	505,6	47,0	-19,8	4,8	425,5	-15,8	1.620,1	58,6
Transferências de capital	2.643,2	193,6	-21,2	7,1	1.988,0	-24,8	1.617,7	69,6
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	1.274,0	147,9	-27,3	8,3	1.490,3	17,0	1.119,5	82,2
Outras despesas de capital	36,7	21,5	279,2	73,8	37,6	2,5	43,5	149,4
<b>Despesa efetiva</b>	<b>56.863,9</b>	<b>6.485,9</b>	<b>-1,7</b>	<b>9,0</b>	<b>57.270,0</b>	<b>0,7</b>	<b>59.609,9</b>	<b>78,7</b>
<b>Saldo global</b>	<b>-6.469,0</b>	<b>-2.135,0</b>			<b>-6.048,0</b>		<b>-6.706,3</b>	
<i>Por memória:</i>								
Saldo corrente	-4.637,3	-1.919,9			-7.474,2		-7.446,5	
Despesa corrente primária	47.916,3	4.694,0	-0,1	7,7	48.259,2	0,7	49.226,9	79,2
Saldo corrente primário	1.124,8	-390,0			-914,5		-344,7	
Saldo de capital	-1.831,6	-215,1			1.426,2		740,2	
Despesa primária	51.101,7	4.956,0	-1,0	7,7	50.710,3	-0,8	52.508,0	78,0
Saldo primário	-706,8	-605,1			511,7		395,5	
<b>Ajustamentos PAEF</b>								
Garantias, empréstimos e ativos		-6,3			-62,7		-62,7	
Transferência adicional para o SNS - pagam. de dívidas		4,0			1.408,2		1.408,2	
Fundos de pensões		0,0			-2.783,9		-2.783,9	
<b>Saldo global (critério de desempenho PAEF)</b>		<b>-2.137,3</b>			<b>-7.486,5</b>		<b>-8.144,8</b>	

Fonte: Ministério das Finanças

A execução de 2011 não inclui as Entidades Públicas Reclássificadas (EPR), uma vez que estas entidades apenas foram integradas em 2012 na Administração Central, no subsector dos serviços e fundos autónomos.

O grau de execução está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento rectificativo.

- **O défice do subsector Estado** até outubro de 2012 situou-se em 7.335,4 milhões de euros, resultado que compara favoravelmente com o observado em igual período do ano precedente (-8.817,1 milhões de euros). A receita efetiva cresceu 5,6%, refletindo, em grande parte, a contabilização da parte remanescente dos ativos dos fundos de pensões das IC, enquanto a receita fiscal mantém um comportamento desfavorável, em resultado da contração da atividade económica e da diminuição do rendimento disponível. A despesa efetiva cresceu 0,6% enquanto a despesa primária regis-

tou um decréscimo de 1,6%. De salientar que, caso se excluísse o valor transferido para o Serviço Nacional de Saúde visando a regularização de dívidas de anos anteriores, a despesa ter-se-ia reduzido em 3,2% e a despesa primária em 6,1%.

- **O subsetor dos Serviços e Fundos Autónomos** registou um excedente de 392,4 milhões de euros. Em termos de universos comparáveis o saldo agravou-se 258,5 milhões de euros, decorrente sobretudo da diminuição da receita de transferências regulares do OE para financiamento do SNS e o efeito base de 2011 da compensação financeira relativa à incorporação do fundo de pensões da PT na CGA. O saldo global das EPR ascendeu a -658,3 milhões euros, sendo principalmente justificado pela despesa de investimento, com pessoal e encargos financeiros.
- O saldo global da **execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde** situou-se em 1.167,1 milhões de euros, influenciado pela concretização da totalidade da transferência (1.500 milhões de euros) respeitante ao previsto no orçamento retificativo, visando a regularização de dívidas de anos anteriores.
- O saldo global do subsetor da **Segurança Social** registou um excedente de 236,7 milhões de euros, inferior em 802,2 milhões de euros face ao período homólogo. Este resultado deriva fundamentalmente da redução das receitas de contribuições e do aumento das despesas com o pagamento de pensões e prestações de desemprego.
- O subsetor da **Administração Regional e Local** apresentou, no final do mês de outubro, um excedente de 613,1<sup>2</sup> milhões de euros, para o qual contribuiu a Administração Local com um saldo de 670,3 milhões de euros e a Administração Regional com um défice de 57,2 milhões de euros.

<sup>2</sup> Para a Administração Local, o valor foi apurado com base no universo real de reporte (264 municípios num total de 308).

## SÍNTESE

- O resultado da execução orçamental do subsetor Estado até outubro de 2012, consubstanciou-se num saldo global de -7.335,4 milhões de euros, traduzindo uma melhoria de 1.481,7 milhões de euros relativamente a igual período do ano anterior.

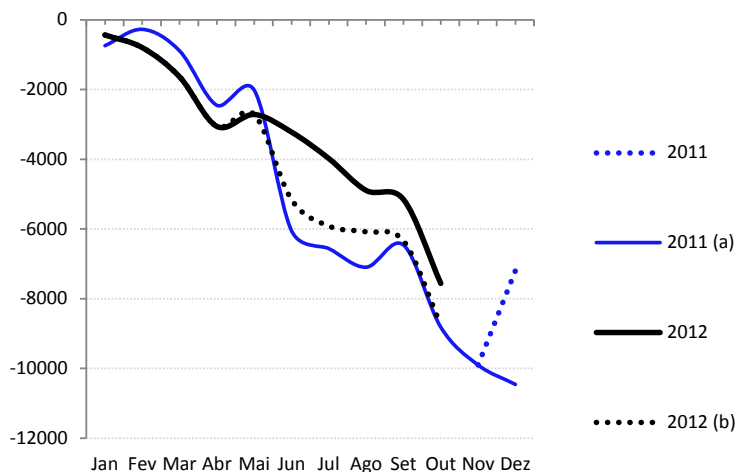
Quadro 2 – Execução orçamental do Estado (janeiro a outubro)

	2011	2012	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (p.p.)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)			
<b>Receita</b>						
Receita fiscal	27.368,8	26.117,9	79,6	74,3	-4,6	-4,1
Receita não fiscal	3.198,5	6.156,2	58,0	89,1	92,5	9,7
Corrente	2.905,4	2.906,5	68,4	81,4	0,0	0,0
Capital	293,1	3.249,7	23,2	97,3	1.008,7	9,7
<b>Receita efetiva</b>	<b>30.567,3</b>	<b>32.274,1</b>	<b>76,6</b>	<b>76,8</b>	<b>5,6</b>	
<b>Despesa corrente</b>	<b>36.881,8</b>	<b>37.584,4</b>	<b>79,0</b>	<b>82,3</b>	<b>1,9</b>	<b>1,8</b>
Despesa corrente primária	31.130,0	31.063,9	77,2	81,1	-0,2	-0,2
Juros e outros encargos	5.751,9	6.520,6	90,2	89,0	13,4	2,0
<b>Despesa de capital</b>	<b>2.502,6</b>	<b>2.025,1</b>	<b>71,9</b>	<b>75,6</b>	<b>-19,1</b>	<b>-1,2</b>
Investimento	290,2	217,6	42,6	43,9	-25,0	-0,2
Transferências de capital	2.201,6	1.775,5	79,1	81,7	-19,4	-1,1
Outras despesas de capital	10,8	32,0	61,5	325,3	196,4	0,1
<b>Despesa efetiva</b>	<b>39.384,4</b>	<b>39.609,5</b>	<b>78,5</b>	<b>82,0</b>	<b>0,6</b>	
<b>Despesa primária</b>	<b>33.632,5</b>	<b>33.088,9</b>	<b>76,8</b>	<b>80,7</b>	<b>-1,6</b>	
<b>Saldo global</b>	<b>-8.817,1</b>	<b>-7.335,4</b>				
Saldo corrente	-6.607,6	-8.560,0				
Saldo de capital	-2.209,5	1.224,6				
Saldo primário	-3.065,2	-814,8				

Fonte: Ministério das Finanças

- O gráfico seguinte evidencia a evolução do saldo global acumulado durante 2011 e 2012, individualizando o efeito da transferência proveniente da transmissão para o Estado das responsabilidades dos fundos de pensões das IC e da transferência para o SNS visando a regularização de dívidas de anos anteriores.

Gráfico 1 - Saldo Global acumulado do subsetor Estado (milhões de euros)



Nota: a) Excluindo, em 2011, a receita do Fundo Pensões das IC (3.263,1 M€).

b) Excluindo, em 2012, a receita do Fundo Pensões das IC (2.687,1 M€) e transferência para o SNS (regularização dívidas 1.500 M€).

Fonte: Ministério das Finanças

## RECEITA

- **A receita fiscal líquida acumulada** apresenta uma variação homóloga de -4,6% o que representa uma melhoria face à variação homóloga verificada no mês de setembro de 2012 (por memória, -4,9%).
- No caso da receita líquida acumulada de impostos diretos, entre janeiro e outubro de 2012, regista-se uma variação homóloga de -3,7%, o que representa uma recuperação de 0,6 p.p. relativamente ao mês anterior (por memória, -4,3%). Subjacente a esta evolução, encontra-se o crescimento de 2,7% da receita líquida acumulada do IRS, face ao período homólogo de 2011.
- No que concerne à receita líquida acumulada de impostos indiretos, observa-se uma variação de -5,2%, em termos homólogos. Em particular, esta variação traduz a recuperação de 0,5 p.p. da receita líquida acumulada do IVA (de -2,5% em setembro de 2012 para -2,0% em outubro), a qual resulta de um aumento de 3,5% da cobrança voluntária relativa a operações domésticas no mês de outubro, face a igual mês de 2011. Em termos acumulados, releva-se que a cobrança voluntária do IVA relativa a operações domésticas supera, pela primeira vez em 2012, os valores acumulados referentes ao ano anterior.
- A recuperação da receita líquida acumulada do IVA (de -2,5% em setembro de 2012 para -2,0% em outubro) é tanto mais relevante quanto já inclui as transferências, no valor de 68,1 milhões de euros, realizadas até outubro de 2012 para o financiamento, pela primeira vez, do Programa de Emergência Social (PES) e do Apoio Social Extraordinário ao Consumidor de Energia (ASECE). Nes-

tes termos, a receita líquida acumulada do IVA teria registado uma variação de apenas -1,4% em termos homólogos sem o efeito decorrente daquelas transferências.

- Refira-se, por último, que em resultado da quebra de operacionalidade verificada no “Portal das Finanças” e nos sistemas que suportam o atendimento presencial nos diversos serviços regionais e locais da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) no dia 31 de outubro, o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais determinou por despacho o alargamento do prazo de cumprimento das diversas obrigações tributárias para o dia 2 de novembro de 2012, sem quaisquer acréscimos ou penalidades para os contribuintes. Nestes termos, também por despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, foi determinado que as quantias arrecadadas nos dias 1 e 2 de novembro, cujo prazo de pagamento normal terminasse a 31 de outubro, fossem consideradas, para efeitos contabilísticos e, como tal, escrituradas nas tabelas orçamentais, como cobradas no último dia do mês de outubro. De igual forma, e no âmbito deste último despacho, foi determinado que os valores de reembolsos pagos ou compensados nos dias 1 e 2 de novembro de 2012, que não tivessem sido pagos em 31 de outubro de 2012 em consequência daquela quebra de operacionalidade, fossem também considerados, para efeitos contabilísticos, como pagos no último dia do mês de outubro.

**Quadro 3 – Execução Orçamental da receita fiscal do Estado (janeiro a outubro)**

	2011	2012	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (p.p.)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)			
Impostos diretos	11.353,8	10.928,8	77,7	75,6	-3,7	-1,6
- IRS	7.117,8	7.310,0	68,3	76,6	2,7	0,7
- IRC	4.189,3	3.353,7	100,2	69,0	-19,9	-3,1
- Outros	46,7	265,1	417,0	530,2	467,7	0,8
Impostos indiretos	16.015,0	15.189,1	81,0	73,4	-5,2	-3,0
- ISP	1.947,8	1.787,7	81,4	79,1	-8,2	-0,6
- IVA	10.715,9	10.501,3	80,6	72,4	-2,0	-0,8
- Imposto sobre veículos	549,0	309,5	69,5	52,8	-43,6	-0,9
- Imposto consumo tabaco	1.218,6	1.104,9	90,3	74,5	-9,3	-0,4
- IABA	146,1	141,6	75,3	67,1	-3,1	0,0
- Imposto de Selo	1.254,3	1.141,8	82,5	81,7	-9,0	-0,4
- Imposto Único de Circulação	142,0	162,5	88,8	86,9	14,4	0,1
- Outros	41,3	39,8	54,2	67,6	-3,6	0,0
<b>Receita fiscal</b>	<b>27.368,8</b>	<b>26.117,9</b>	<b>79,6</b>	<b>74,3</b>	<b>-4,6</b>	

Fonte: Ministério das Finanças

- Os principais fatores que determinam a variação homóloga dos impostos diretos são:
  - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) – entre janeiro e outubro de 2012, regista-se um crescimento de 2,7% da receita líquida acumulada, face a igual período em 2011;

- Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) – a receita líquida acumulada apresenta uma variação homóloga de -19,9%; e
  - Outros – a variação homóloga observada resulta, designadamente, do desempenho positivo da tributação sobre o património mobiliário detido no estrangeiro (RERT III), a qual atingiu o montante final de 258,4 milhões de euros, tal como explicitado na Síntese da Execução Orçamental de setembro de 2012.
- Os principais fatores que determinam a variação homóloga dos impostos indiretos são:
- Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) – a receita líquida acumulada apresenta uma variação de -2,0%, em termos homólogos, o que representa uma recuperação de 0,5 p.p. relativamente ao mês anterior (por memória, -2,5%). Em termos acumulados, releva-se que a cobrança voluntária do IVA relativa a operações domésticas supera, pela primeira vez em 2012, os valores acumulados referentes ao ano anterior. Por fim, refira-se que, se se excluir o efeito decorrente das transferências para o financiamento do PES e do ASECE, no valor de 68,1 milhões de euros, a receita líquida acumulada do IVA teria registado uma variação de apenas -1,4%, em termos homólogos;
  - Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP) - a receita líquida acumulada até outubro de 2012 apresenta uma variação de -8,2%, face ao período homólogo de 2011;
  - Imposto do Selo (IS) - a receita líquida acumulada regista uma variação homóloga de -9,0%, a qual resulta do decréscimo de operações financeiras;
  - Imposto sobre o Tabaco (IT) - a receita líquida acumulada regista uma redução de 9,3%, face ao período homólogo de 2011, devido à diminuição na introdução no consumo neste período e à sazonalidade irregular da mesma ao longo do ano;
  - Imposto sobre Veículos (ISV) - a receita líquida acumulada regista uma variação homóloga de -43,6%, por efeito da quebra nas vendas de veículos;
  - Imposto Único de Circulação (IUC) - a receita líquida acumulada apresenta um crescimento de 14,5%; e
  - Imposto sobre o Álcool e Bebidas Alcoólicas (IABA) - a receita líquida acumulada regista um decréscimo de 3,1%, face ao período homólogo de 2011.
- No período de tempo decorrido entre janeiro e outubro de 2012, os reembolsos registam um aumento de 3,1%, face ao período homólogo de 2011.

Quadro 4 – Reembolsos (janeiro a outubro)

Reembolsos (janeiro a outubro)	Milhões de euros		VH (%)
	2011	2012	
<b>Impostos Directos</b>	<b>2.896,0</b>	<b>2.995,1</b>	<b>3,4</b>
Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	2.048,3	1.988,3	-2,9
Imposto sobre Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	837,1	1.005,8	20,1
Outros	10,6	1,0	-90,3
<b>Impostos Indirectos</b>	<b>4.217,6</b>	<b>4.336,8</b>	<b>2,8</b>
Imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	91,5	85,1	-7,0
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	4.107,0	4.218,4	2,7
Imposto sobre Veículos ISV)	1,4	14,2	n.a.
Imposto de consumo sobre o tabaco (IT)	7,9	14,4	82,5
Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas (IABA)	0,1	0,3	n.a.
Imposto do selo (IS)	4,9	4,3	-12,0
Imposto Único de Circulação (IUC)	0,0	0,0	n.a.
Outros	4,8	0,0	-99,9
<b>Total de reembolsos</b>	<b>7.113,6</b>	<b>7.331,9</b>	<b>3,1</b>

Fonte: Ministério das Finanças

- Os principais fatores que determinam a variação homóloga dos reembolsos são:
  - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) – entre janeiro e outubro de 2012, regista-se um decréscimo de 2,9% nos reembolsos de IRS, face ao mesmo período no ano transato;
  - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) - observa-se um aumento de 20,1% dos reembolsos pagos até outubro de 2012, face ao período homólogo de 2011; e
  - Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) - verifica-se uma variação homóloga de 2,7%, a qual resulta do aumento dos reembolsos pagos aos agentes económicos entre janeiro e outubro de 2012, face a igual período em 2011.
  
- A **receita não fiscal** regista um significativo acréscimo de cobrança de 2.957,7 milhões de euros (92,5%), em larga medida suportado pelo desempenho das “Transferências de capital” (2.743,3 milhões de euros), “Outras receitas de capital” (227,5 milhões de euros) e “Outras receitas correntes” (111,0 milhões de euros).

**Quadro 5 – Execução orçamental da receita não fiscal do Estado (janeiro a outubro)**

	2011	2012	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (p.p.)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)			
<b>Corrente</b>	<b>2.905,4</b>	<b>2.906,5</b>	<b>68,4</b>	<b>81,4</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	371,3	388,0	63,5	73,2	4,5	0,5
Taxas, Multas e Outras Penalidades	567,4	608,5	79,9	90,3	7,2	1,3
Rendimentos da Propriedade	253,2	238,3	62,7	52,0	-5,9	-0,5
Transferências Correntes	856,3	688,2	52,9	71,9	-19,6	-5,3
Venda de Bens e Serviços Correntes	349,9	380,7	87,7	93,5	8,8	1,0
Outras Receitas Correntes	305,0	416,0	107,0	136,8	36,4	3,5
Recursos Próprios Comunitários	142,8	135,7	80,8	79,7	-5,0	-0,2
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	59,5	51,1	81,5	72,9	-14,1	-0,3
<b>Capital</b>	<b>293,1</b>	<b>3.249,7</b>	<b>23,2</b>	<b>97,3</b>	<b>1.008,7</b>	<b>92,4</b>
Venda de Bens de Investimento	11,6	0,1	2,9	0,1	-99,1	-0,4
Transferências de Capital	49,1	2.792,4	37,3	99,6	5.587,2	85,8
Outras Receitas de Capital	56,2	283,7	10,5	102,8	404,8	7,1
Saldo da Gerência Anterior	176,2	173,5	90,5	104,8	-1,5	-0,1
<b>Receita não fiscal</b>	<b>3.198,5</b>	<b>6.156,2</b>	<b>58,0</b>	<b>89,1</b>	<b>92,5</b>	

Fonte: Ministério das Finanças

- Conforme referido em publicações anteriores, as “Transferências de capital” incluem 2.687,1 milhões de euros relativos ao valor remanescente da transmissão para o Estado da titularidade dos ativos afetos às responsabilidades dos fundos de pensões do setor bancário, sendo que em dezembro de 2011 tinham entrado 3.263,1 milhões de euros da mesma fonte. Para o acréscimo de cobrança concorrem ainda os 36,8 milhões de euros de juros de Bilhetes do Tesouro de contratos bilaterais para intervenção em operações de derivados financeiros, ao abrigo das disposições contidas nos números 3 e 5 do artigo 77.º (gestão da dívida pública direta do Estado) da Lei n.º 3-A/2010, de 28 de abril (Lei do Orçamento do Estado para 2010), que se traduziu na compra de 1.500,0 milhões de euros títulos de dívida pública pelo Fundo de Regularização da Dívida Pública (FRDP).
- Nas “Outras receitas de capital” há a assinalar a entrega nos cofres do Estado de 272,0 milhões de euros relativos a receita proveniente do leilão para atribuição de direitos de utilização de frequências de radiocomunicações de quarta geração (4G, conforme previsto na Portaria n.º 218/2012, de 19 de julho).
- O acréscimo das “Outras receitas correntes” é explicado pelo comportamento dos “Prémios e taxas por garantias de riscos” (+106,7 milhões de euros relativamente a 2011) em resultado das comissões de garantia de empréstimos avalizados pelo Estado, com destaque, em termos de valores absolutos, para os concedidos ao setor bancário e, num segundo plano, a empresas do setor dos transportes públicos.
- Relativamente aos restantes capítulos da receita com oscilações na variação homóloga face ao mês anterior refere-se que este comportamento se deve sobretudo a cobranças entradas no ano de 2011, não tendo portanto ocorrido em outubro cobranças significativas de carácter não regular. A exceção verifica-se no capítulo “Venda de bens e serviços correntes”, dado que e na sequência

de idêntico pico de cobrança ocorrido em maio, foram contabilizados em outubro 20,5 milhões de euros a título de despesas com a avaliação geral dos prédios urbanos<sup>3</sup>. Assim sendo, é afeta às despesas relacionadas com a avaliação dos prédios urbanos uma verba de 5% da receita tributária do imposto municipal sobre imóveis (IMI) relativo ao ano de 2011<sup>4</sup>. Esta receita é contabilizada em maio e outubro, nos meses em que ocorre a transferência da receita do IMI para os municípios. Verifica-se ainda que as receitas inerentes aos encargos de cobrança, para ressarcir o Estado dos custos inerentes à sua cobrança, apresentam igualmente picos de execução nestes meses (12,1 milhões de euros cobrados em outubro).

## DESPESA

- A despesa efetiva até outubro aumentou 0,6% em termos homólogos, enquanto a despesa primária desceu 1,6% (1,4% e -1,1%, respetivamente em setembro).

Quadro 6 – Execução orçamental de Despesa do Estado (janeiro a outubro)

	2011	2012	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (p.p.)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)			
<b>Despesa corrente</b>	<b>36.881,8</b>	<b>37.584,4</b>	<b>79,0</b>	<b>82,3</b>	<b>1,9</b>	<b>1,8</b>
Despesas com o pessoal	8.055,3	6.937,6	77,2	78,7	-13,9	-2,8
Aquisição de bens e serviços	1.224,5	1.153,8	58,8	61,0	-5,8	-0,2
Juros e outros encargos	5.751,9	6.520,6	90,2	89,0	13,4	2,0
Transferências correntes	21.281,8	22.424,8	80,4	84,6	5,4	2,9
Subsídios	158,8	160,8	25,7	52,9	1,3	0,0
Outras despesas correntes	409,6	386,9	57,5	47,9	-5,5	-0,1
<b>Despesa corrente primária</b>	<b>31.130,0</b>	<b>31.063,9</b>	<b>77,2</b>	<b>81,1</b>	<b>-0,2</b>	<b>-0,2</b>
<b>Despesa de capital</b>	<b>2.502,6</b>	<b>2.025,1</b>	<b>71,9</b>	<b>75,6</b>	<b>-19,1</b>	<b>-1,2</b>
Investimento	290,2	217,6	42,6	43,9	-25,0	-0,2
Transferências de capital	2.201,6	1.775,5	79,1	81,7	-19,4	-1,1
Outras despesas de capital	10,8	32,0	61,5	325,3	196,4	0,1
<b>Despesa primária</b>	<b>33.632,5</b>	<b>33.088,9</b>	<b>76,8</b>	<b>80,7</b>	<b>-1,6</b>	
<b>Despesa efetiva</b>	<b>39.384,4</b>	<b>39.609,5</b>	<b>78,5</b>	<b>82,0</b>	<b>0,6</b>	

Fonte: Ministério das Finanças

- Importa salientar que a transferência adicional de 1.500 milhões de euros para o Serviço Nacional de Saúde, para regularização de dívidas de anos anteriores, apresenta um contributo de 3.8 p.p.

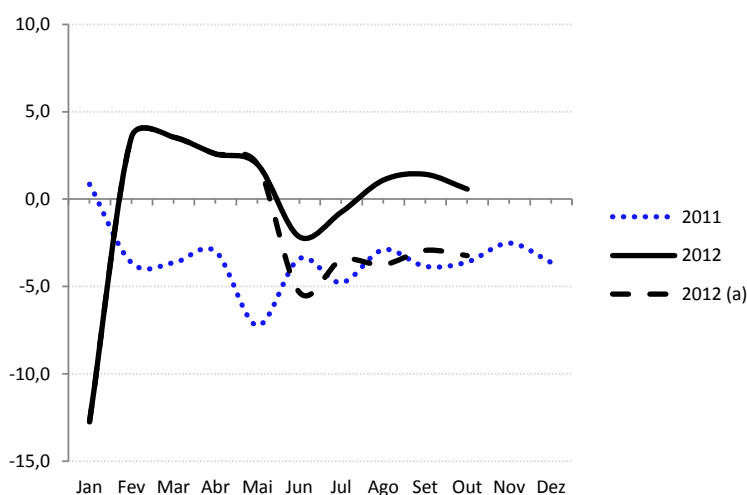
<sup>3</sup> Na sequência do aditamento dos artigos 15.º-A a 15.º-P ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro (aprova o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis), através da Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro.

<sup>4</sup> A Portaria n.º 106/2012, de 18 de abril, regula o regime de financiamento da avaliação geral de prédios urbanos.

para a variação da despesa efetiva. Excluindo este efeito, a despesa registaria um decréscimo de 3,2% (que compararia com -2,9% até setembro), enquanto a redução da despesa primária se teria mantido em 6,1%.

- O aumento menos pronunciado da despesa até outubro relativamente a setembro é justificado pela desaceleração da despesa com juros e outros encargos (contributo de 2 p.p. que compara com 2,4 p.p. até setembro).
- As despesas com o pessoal reduzem-se 13,9% (-14,5% até setembro), refletindo a diluição do efeito observado em meses anteriores decorrente da medida de suspensão do subsídio de férias ao pessoal dos organismos da Administração Pública.

Gráfico 2 - Despesa Efetiva do subsetor Estado – VHA (%)



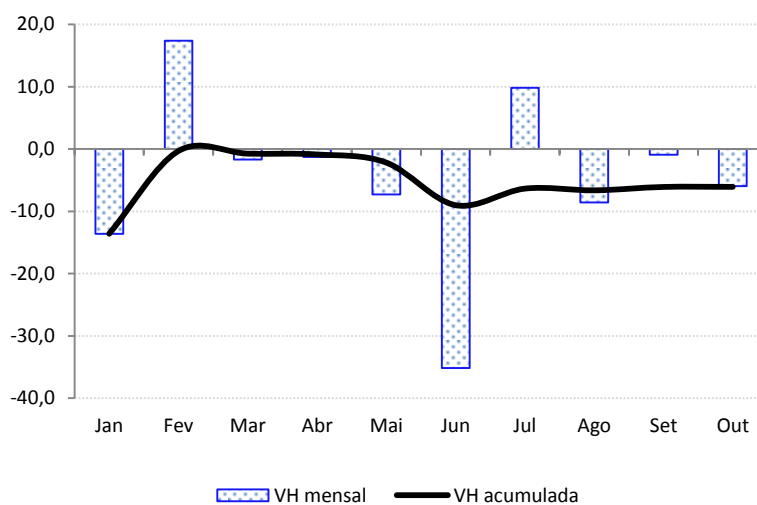
Nota: a) Excluindo, em 2012, as transferências para ao SNS visando a regularização de dívidas de anos anteriores.

Fonte: Ministério das Finanças

- A variação homóloga mensal da despesa efetiva em outubro foi de -5,3%, tendo contribuído, para este resultado, as seguintes rubricas de despesa:
  - Transferências correntes (contributo de -2,4 p.p.), refletindo, sobretudo, a diminuição, em linha com o previsto no Orçamento do Estado para 2012, das dotações orçamentais destinadas ao orçamento da Segurança Social no âmbito da Lei de Bases, ao financiamento do Serviço Nacional de Saúde e do Ensino Superior e ao cumprimento da Lei de Finanças Locais. Relativamente à contribuição financeira para o orçamento da UE, de referir que o decréscimo observado (-20,7%) se encontra influenciado pelo efeito base associado à concentração de pagamentos em outubro de 2011;
  - Juros e outros encargos (-1,3 p.p.), traduzindo o facto de o volume de Bilhetes do Tesouro com maturidade em outubro de 2012 ser inferior ao de outubro de 2011; e

- Despesas com pessoal (-1,1 p.p.), sendo relevante referir que a redução em outubro (-7,2%) é mais acentuada do que a observada em setembro (por memória, -4,9%), devido à diminuição de encargos no ano letivo 2012/2013, em resultado da redução do número de docentes dos estabelecimentos de ensino não superior.

Gráfico 3 – Evolução da VH e da VHA da despesa primária do subsetor Estado (%)



**Nota:** Excluindo, em 2012, as transferências para ao SNS visando a regularização de dívidas de anos anteriores.

**Fonte:** Ministério das Finanças

## SÍNTESE

Quadro 7 – Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos (janeiro a outubro)

	2011	2012			2012		
	SFA	SFA	EPR	Total	Total	SFA	
	Milhões de euros				Grau de Execução (%)	VH (%)	Contrib. VH (pp.)
<b>Receita corrente</b>	<b>18.279,3</b>	<b>18.702,6</b>	<b>1.917,2</b>	<b>20.551,6</b>	<b>80,1</b>	<b>2,3</b>	<b>2,2</b>
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	3.086,2	2.761,3	0,0	2.761,3	79,6	-10,5	-1,7
Transferências correntes	13.047,6	13.738,6	641,4	14.308,6	82,3	5,3	3,5
Outras receitas correntes	2.145,5	2.202,7	1.275,8	3.481,7	72,6	2,7	0,3
<b>Receita de capital</b>	<b>1.362,0</b>	<b>884,6</b>	<b>509,0</b>	<b>1.387,4</b>	<b>54,8</b>	<b>-35,1</b>	<b>-2,4</b>
<b>Receita Efectiva</b>	<b>19.641,3</b>	<b>19.587,2</b>	<b>2.426,2</b>	<b>21.938,9</b>	<b>77,8</b>	<b>-0,3</b>	<b>-0,3</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>17.390,0</b>	<b>17.899,9</b>	<b>1.889,5</b>	<b>19.721,2</b>	<b>77,7</b>	<b>2,9</b>	<b>2,8</b>
Despesas com o pessoal	2.231,9	1.936,6	549,3	2.485,8	75,7	-13,2	-1,6
Aquisição de bens e serviços	6.566,5	7.528,6	517,8	8.046,4	79,0	14,7	5,2
Transferências correntes	8.175,9	7.844,7	25,3	7.826,7	81,4	-4,1	-1,8
Outras despesas correntes	415,7	589,9	797,1	1.362,2	59,4	41,9	1,0
<b>Despesas de capital</b>	<b>942,1</b>	<b>636,6</b>	<b>1.195,0</b>	<b>1.825,3</b>	<b>60,9</b>	<b>-32,4</b>	<b>-1,7</b>
Investimento	203,6	191,0	1.194,6	1.385,5	61,8	-6,2	-0,1
Transferências de capital	713,0	441,4	0,4	432,2	58,5	-38,1	-1,5
Outras despesas de capital	25,4	4,2	0,0	7,6	39,7	-83,4	-0,1
<b>Despesa Efectiva</b>	<b>18.332,1</b>	<b>18.536,5</b>	<b>3.084,5</b>	<b>21.546,5</b>	<b>75,9</b>	<b>1,1</b>	<b>1,1</b>
<b>Saldo global</b>	<b>1.309,2</b>	<b>1.050,7</b>	<b>-658,3</b>	<b>392,4</b>			
Saldo corrente	889,3	802,7	27,7	830,4			
Saldo de capital	419,9	248,0	-686,0	-438,0			
Saldo primário	1.317,3	1.087,8	-116,2	971,6			

Nota: As diferenças de consolidação são imputadas a outras receitas e/ou despesas correntes e de capital.

Fonte: Ministério das Finanças

- O saldo global do subsetor dos SFA<sup>5</sup> em outubro de 2012, incluindo o Serviço Nacional de Saúde (SNS)<sup>6</sup>, atingiu os 392,4 milhões de euros, sendo -658,3 milhões de euros respeitantes às Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) no perímetro da Administração Central.
- O saldo global em termos de universos comparáveis, ascende a 1.050,7 milhões de euros, apresentando um agravamento em 258,5 milhões de euros face ao período homólogo, explicado pelo aumento em despesa efetiva (+1,1%).

<sup>5</sup> Organismos em falta de reporte de execução orçamental em outubro:

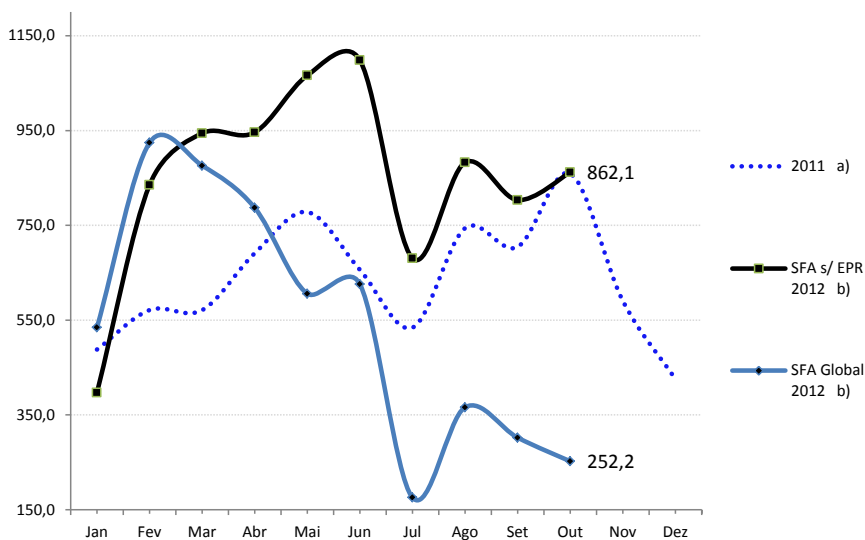
2012: Parups, S.A, Parvalorem, S.A; Tapada Nacional de Mafra – Centro Turístico, Cinegético e de Educação Ambiental, CIRPL; Empresa de Meios Aéreos, S.A. e Centro de Histocompatibilidade do Sul.

2011 - UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP.

<sup>6</sup> A análise da execução orçamental do SNS da presente secção é efetuada na ótica da contabilidade pública (ótica de tesouraria).

- O comportamento da receita e despesa efetiva encontra-se influenciado pelo reforço dos orçamentos dos organismos do SNS com destino à regularização de pagamentos em atraso (1.500 milhões de euros).

Gráfico 4 – Evolução do saldo global acumulado do subsetor dos SFA - milhões de Euros



**Nota:** a) Excluída a incorporação do Fundo de Pensões da PT na CGA (em 2011: 476,7 M€)

b) Em 2012 exclui-se o montante relativo à incorporação dos Fundos de Pensões do Grupo BPN (96,8 M€) bem como o efeito no saldo global associado ao recebimento da totalidade das transferências previstas no Orçamento Retificativo destinada ao SNS (91,8M€)

**Fonte:** Ministério das Finanças

## SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (EXCLUINDO EPR)

- O saldo global comparável, excluído de operações extraordinárias<sup>7</sup> verificadas quer em 2011, quer em 2012, regista uma ligeira melhoria de 3 milhões de euros, justificado pelo maior ritmo de redução de despesa face ao verificado na receita. A evolução da despesa deve-se sobretudo à redução do nível de despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços e encargos com pensões pagas pela CGA.

<sup>7</sup> Para o apuramento do saldo global comparável, excluem-se em 2012 as operações relativas à regularização das dívidas de anos anteriores do SNS e o Fundo de Pensões do BPN, bem como em 2011 a incorporação do Fundo de Pensões da PT na CGA.

**Quadro 8 – Saldo Global do Subsetor dos Serviços e Fundos Autónomos (janeiro a outubro) – excluindo EPR**

Serviços	2011	2012	Variação 2012/2011
	Milhões de euros		
<b>Saldo Global</b>	<b>1.309,2</b>	<b>1.050,7</b>	<b>-258,5</b>
<i>Excluindo operações extraordinárias</i>	<b>859,1</b>	<b>862,1</b>	<b>3,0</b>
<i>dos quais:</i>			
Caixa Geral de Aposentações (CGA)	420,1	184,1	-236,0
<i>Excluindo incorporação dos Fundos de Pensões</i>	-29,9	87,4	117,3
Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (IAPMEI)	186,5	219,3	32,8
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP)	-100,4	-76,0	24,4
Instituto de Turismo de Portugal (ITP)	48,6	69,1	20,5
Serviço Nacional de Saúde (SNS)	133,8	137,5	3,6
<i>Excluindo o efeito em receita e despesa do reforço do OER</i>	133,8	45,6	-88,2
Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP)	207,5	127,7	-79,8

## RECEITA

- A variação homóloga acumulada da receita até outubro compara desfavoravelmente com setembro (por memória: 0,6% em setembro), reflexo da diluição da transferência extraordinária do OE para o SNS no montante de 1.500 milhões de euros.
- A receita efetiva apresenta uma redução de 0,3 % face a igual período do ano anterior, destacando-se a variação negativa observada em:
  - “Outras transferências de capital” (-81,6%), decorrente do efeito base em 2011 da incorporação do Fundo de Pensões da PT na CGA não tendo, à data, sido recebido o montante relativo a 2012<sup>8</sup>;
  - “Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE” (-10,5%) devido à redução registada em quotas e contribuições para a CGA, refletindo o efeito da suspensão do pagamento de subsídios de férias<sup>9</sup> e à transferência de responsabilidades dos encargos com pensões dos Hospitais para a Secretaria Geral do Ministério da Saúde, cujas contribuições constituíam receita da CGA, até julho.
- Em sentido inverso, destaca-se o acréscimo registado em:
  - Transferências correntes de outros subsectores das Administrações Públicas (+5,2%) sobretudo as provenientes do OE, designadamente as destinadas à regularização de dívidas de anos anteriores do SNS, no montante de 1.500 milhões de euros;  
Excluída aquela transferência extraordinária registrar-se-ia um decréscimo de 6,7%;

<sup>8</sup> De acordo com o previsto na alínea b) iii) do n.º 2 do art.º2.º do Decreto-Lei n.º 140-B/2010, de 30 de dezembro, o recebimento do valor relativo a 2012 pela transferência do Fundo de Pensões da PT para a CGA ocorrerá até 20 de dezembro de 2012.

<sup>9</sup> De acordo com o previsto no art.º 21.º da Lei n.º64-B/2011 de 30 de dezembro.

- Transferências de capital provenientes da União Europeia (+25,2%) em resultado sobretudo do recebimento de reembolsos por parte do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP) no âmbito do FEADER e do Instituto de Apoio às pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. relativos a projetos do QREN;
- Outras receitas correntes (+10,8%), destaca-se o aumento registado pelo Fundo de Regularização da Dívida Pública – FRDP em rendimentos de propriedade, por via de juros de títulos de dívida pública Portuguesa, bem como de receita associada à prescrição de títulos de dívida pública.

### DESPESA

---

- Na despesa, a variação homóloga acumulada até outubro apresenta uma ligeira desaceleração face a setembro (1,1% compara com 1,6%), em resultado do decréscimo da despesa com pensões e de pagamentos efetuados no âmbito do FEADER.
- O aumento de 1,1% na despesa efetiva comparativamente com o período homólogo é justificada pelas seguintes variações:
  - Aquisição de bens e serviços (+14,7%) pelo SNS em resultado da continuação do plano de regularização extraordinária de dívidas aos fornecedores referentes a anos anteriores;  
Excluído este facto a despesa em aquisição de bens e serviços decresceria 6,8 %, em resultado das medidas de contenção implementadas na área da saúde;
  - Outras despesas correntes (+505,3%), relativo às verbas transferidas pela ACSS para os estabelecimentos de saúde do Setor Público Administrativo, no âmbito da regularização dos pagamentos em atraso a fornecedores.
- Em sentido contrário, com impacto na variação negativa da despesa destacam-se os seguintes fatores:
  - Despesas com o pessoal (-13,2%), variação decorrente sobretudo da medida de contenção orçamental prevista na Lei do OE relativa à suspensão do subsídio de férias dos trabalhadores do setor público;
  - Outras transferências correntes (-3,6%), explicado pela suspensão do pagamento do subsídio de férias ou equivalente aos aposentados por parte da CGA, IP, e também pela reclassificação em 2012 dos centros protocolares como EPR da Administração Central passando as transferências do IEFP para estas entidades a serem classificadas nas Administrações Públicas, resultado atenuado pela antecipação dos pagamentos no âmbito do PRODER por parte do IFAP no âmbito das medidas de combate à seca;
  - Outras transferências de capital (-42,8%), essencialmente pelo efeito base de 2011 relacionado com a operação de cessão de créditos à Caixa Leasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, S.A. por parte da CGA<sup>10</sup>, redirecionamento de verbas para pagamento de ajudas de apoio de compensação aos efeitos da seca, e ainda pela redução de encargos com organizações internacionais suportados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.

<sup>10</sup> Por conta da compensação devida nesse ano pela PT - Comunicações, S. A., no âmbito do processo da transmissão das responsabilidades das pensões e abonos para a CGA.

## ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS (EPR)

- O universo constituído pelas EPR apresenta, em outubro, um saldo global negativo em 658,3 milhões de euros<sup>11</sup>. O financiamento deste défice foi coberto por recurso ao endividamento (753,3 milhões de euros), sobretudo para pagamentos de encargos com:
  - Investimento, nomeadamente pela Estradas de Portugal, S.A. e reabilitação de edifícios pela Parque Escolar. E.P.E.;
  - Juros e outros encargos financeiros essencialmente pelas empresas do setor dos transportes.

Quadro 9 – Saldo Global das Entidades Públicas Reclassificadas (janeiro a outubro)

Serviços	2012	
	setembro	outubro
Milhões de euros		
<b>Saldo Global - EPR</b>	<b>-501,3</b>	<b>-658,3</b>
<i>dos quais:</i>		
Estradas de Portugal, SA	-280,9	-401,0
Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE	-243,2	-281,4
Metro do Porto, SA	-147,5	-169,8

Fonte: Ministério das Finanças

- Face ao mês anterior, o saldo global acumulado das EPR apresenta um agravamento de 157 milhões de euros devido sobretudo ao expressivo aumento da despesa com investimento e juros, face a setembro de 2012:
  - Investimento (+15%), destacando-se o suportado em outubro pela Estradas de Portugal, S.A. (145,1 milhões de euros), essencialmente em resultado do pagamento de rendas relativo às ex-SCUTS;
  - Juros e outros encargos financeiros (+17%), decorrente sobretudo dos encargos desta natureza pagos pela REFER, EPE e Metro do Porto, S.A.

<sup>11</sup> Este valor não contempla a execução orçamental da Parups, S.A. e Parvalorem, S.A.

### Estimativa de execução orçamental de janeiro a setembro de 2012 - PARUPS, S.A. e PARVALOREM S.A.

	PARUPS	PARVALOREM	TOTAL
	milhões de euros		
<b>Receita Efectiva</b>	<b>1,6</b>	<b>2,5</b>	<b>4,1</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>56,8</b>	<b>47,3</b>	<b>104,1</b>
Despesas com o pessoal	0,0	10,6	10,6
Aquisição de bens e serviços	54,2	5,4	59,6
Juros e outros encargos	1,5	27,2	28,6
Outras despesas correntes	1,0	4,2	5,2
<b>Despesas de capital</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>Despesa Efectiva</b>	<b>56,8</b>	<b>47,3</b>	<b>104,1</b>
<b>Saldo global</b>	<b>-55,2</b>	<b>-44,8</b>	<b>-100,0</b>
Saldo corrente	-55,2	-44,8	-100,0
Saldo de capital	0,0	0,0	0,0
Saldo primário	-53,7	-17,6	-71,3

Nota: A execução orçamental das PAR incluída no presente quadro não consta do Quadro 7 - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos divulgado na Síntese da Execução Orçamental de outubro 2012, por ausência de reporte de informação no Sistema de Informação de Gestão Orçamental.

A estimativa de execução orçamental até setembro é a fornecida pelas entidades.

A estimativa do saldo global acumulado a setembro de 2012 da PARUPS, S.A. e PARVALOREM, S.A. ascende a -100 milhões de euros. O recurso ao endividamento visa sobretudo a cobertura de despesa com aquisição de bens e encargos com juros.

Este resultado não compromete o cumprimento da meta fixada para o III trimestre, no âmbito do PAEF.

## SÍNTESE

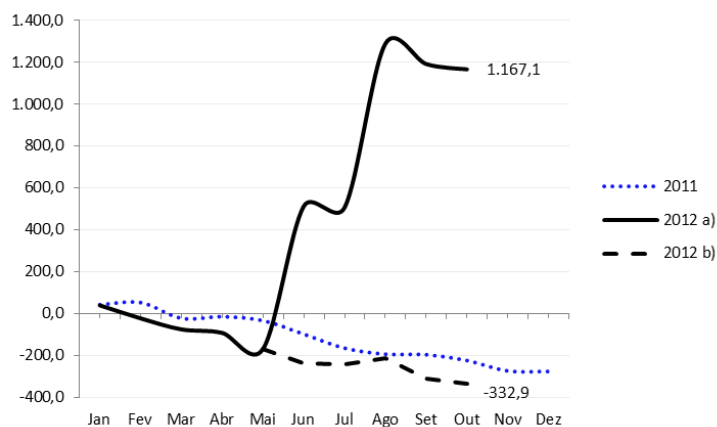
Quadro 10 – Execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde (janeiro a outubro)

	2011		2012		VH (%)	Contrib. VH (pp.)
	Milhões de euros		Milhões de euros			
<b>Receita</b>						
Transferência do Orçamento Estado	6.749,2	7.595,8	12,5	12,1		
Prestação de serviços	81,9	125,5	53,2	0,6		
Outros	141,2	164,1	16,2	0,3		
<b>Receita cobrada</b>	<b>6.972,3</b>	<b>7.885,4</b>	<b>13,1</b>			
<b>Despesa</b>						
Despesas com o pessoal	777,9	681,0	-12,5	-1,3		
Subcontratos	5.995,3	5.672,4	-5,4	-4,5		
Outros	422,1	364,9	-13,6	-0,8		
<b>Despesa total</b>	<b>7.195,3</b>	<b>6.718,3</b>	<b>-6,6</b>			
<b>Saldo Global</b>	<b>-223,0</b>	<b>1.167,1</b>				

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

- A informação provisória da execução financeira do Serviço Nacional de Saúde (SNS)<sup>12</sup> apresenta em outubro de 2012 um saldo de 1.167,1 milhões de euros, influenciado pelo recebimento da totalidade do montante previsto no Orçamento Retificativo de 2012 para a regularização de dívidas de anos anteriores (1.500 milhões de euros).

Gráfico 5 - Saldo global do Serviço Nacional de Saúde – milhões de euros



Nota: a) Saldo global do SNS

b) Saldo global do SNS, expurgado o efeito do reforço previsto no Orçamento Retificativo (1.500 M€)

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

<sup>12</sup> Isto é, considerando não apenas a despesa efetivamente realizada, mas igualmente os compromissos assumidos, de acordo com o princípio do “accrual basis accounting” (princípio da especialização ou do acréscimo).

## RECEITA

---

- A receita registou um aumento de 13,1% em 2012 relativamente ao ano anterior em resultado do recebimento da totalidade do montante previsto no Orçamento Retificativo de 2012 (1.500 milhões de euros) com destino à regularização de dívidas.
- Eliminado este efeito, a receita efetiva do SNS apresentaria uma redução de 8,4% face ao período homólogo principalmente motivada pelo menor volume de transferências regulares do Orçamento do Estado, com um contributo de -9,4 p.p. para o decréscimo.

## DESPESA

---

- A despesa efetiva registou um decréscimo de 6,6%, resultado essencialmente do desempenho das Administrações Regionais de Saúde (ARS), relativamente às despesas com:
  - Subcontratos (-5,4%), que observaram uma redução do valor dos contratos-programa com os hospitais e unidades de saúde EPE, no seguimento da aplicação das medidas previstas para o sector. Destaca-se ainda a redução de despesa com medicamentos e com meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica;
  - Pessoal (-12,5%) sobretudo em resultado da medida de suspensão do subsídio de férias dos trabalhadores do setor público prevista na Lei do OE bem como da redução de suplementos remuneratórios.
- Em sentido contrário, destaca-se o acréscimo registado em outros Subcontratos (+18,7%) explicado por novos encargos com Parcerias Público-Privadas, nomeadamente os associados ao início de atividade do Hospital de Loures e os relativos ao Hospital de Vila Franca de Xira.

## SÍNTESE

Quadro 11 – Execução orçamental da Segurança Social (janeiro a outubro)

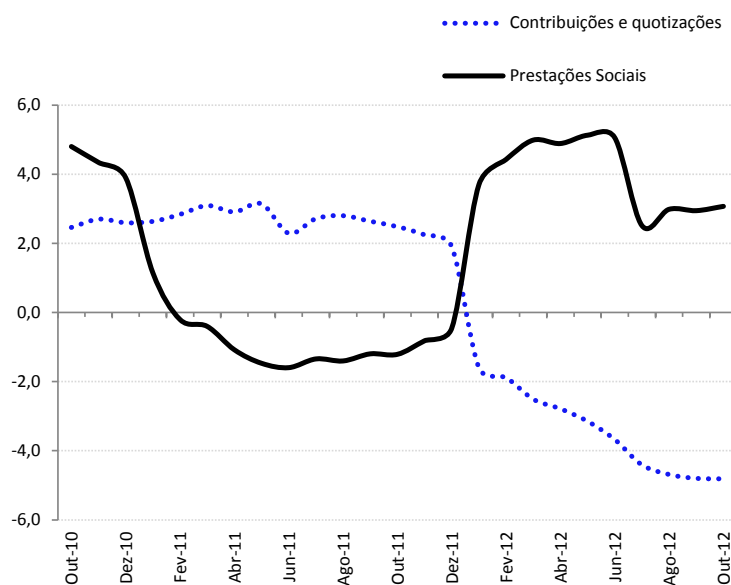
**Execução orçamental da Segurança Social (janeiro a outubro)**

	2011	2012	2011	2012	VH (%)	
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2011	2012
<b>Receita corrente</b>	<b>19.588,9</b>	<b>19.488,2</b>	<b>81,6</b>	<b>80,8</b>	<b>0,1</b>	<b>-0,5</b>
Contribuições e quotizações	11.272,1	10.729,6	80,0	78,9	2,5	-4,8
IVA Social e do Plano de Emergência Social	596,0	664,1	83,3	70,0	2,5	11,4
Transferências correntes da Administração Central	5.732,1	6.033,1	82,6	84,0	-12,8	5,2
Transferências do Fundo Social Europeu	1.134,7	1.170,7	84,3	85,4	57,0	3,2
Outras receitas correntes	854,0	890,7	94,7	87,2	21,3	4,3
<b>Receita de capital</b>	<b>3,2</b>	<b>4,6</b>	<b>7,7</b>	<b>17,6</b>	<b>-87,5</b>	<b>42,5</b>
<b>Receita efetiva</b>	<b>19.592,2</b>	<b>19.492,9</b>	<b>81,5</b>	<b>80,7</b>	<b>-0,1</b>	<b>-0,5</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>18.536,9</b>	<b>19.234,9</b>	<b>78,5</b>	<b>80,0</b>	<b>-0,3</b>	<b>3,8</b>
Prestações sociais das quais	16.521,3	17.028,4	78,7	81,1	-1,2	3,1
Pensões	11.324,6	11.486,8	78,0	79,4	3,1	1,4
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	1.719,4	2.122,2	81,0	97,1	-8,3	23,4
Pensão velhice do regime substitutivo Bancário	0,0	406,2	0,0	77,8	-	-
Ações de Formação Profissional	1.211,3	1.057,8	75,8	66,4	22,0	-12,7
Outras despesas correntes	804,2	742,6	78,7	80,4	-7,3	-7,7
<b>Despesas de capital</b>	<b>16,4</b>	<b>21,2</b>	<b>35,4</b>	<b>66,7</b>	<b>-8,8</b>	<b>29,7</b>
<b>Despesa efetiva</b>	<b>18.553,2</b>	<b>19.256,2</b>	<b>78,4</b>	<b>80,0</b>	<b>-0,3</b>	<b>3,8</b>
<b>Saldo global</b>	<b>1.038,9</b>	<b>236,7</b>				

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

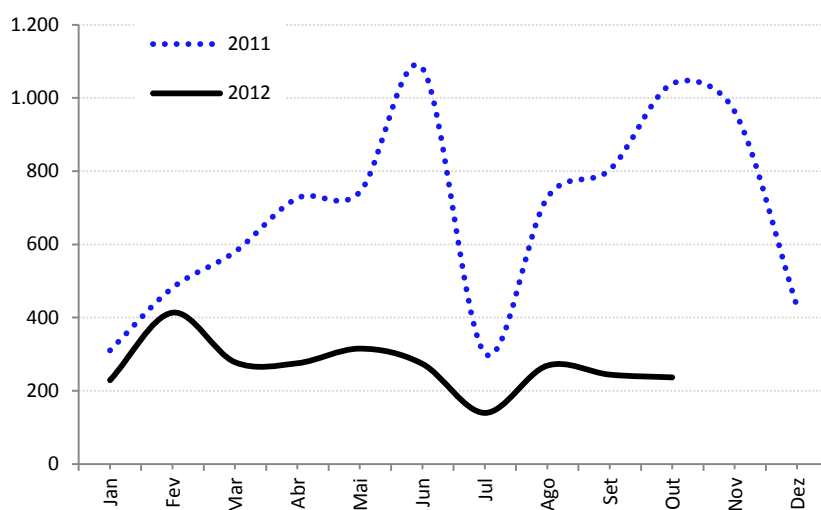
- O saldo global do subsetor da Segurança Social regista um excedente de 236,7 milhões de euros, menos 802,2 milhões de euros do que em igual período do ano transato.

**Gráfico 6 - Contribuições, quotizações e prestações sociais - VH (%)**



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

**Gráfico 7 - Saldo global da Segurança Social – milhões de euros**



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

## RECEITA

---

- A receita efetiva registou uma diminuição de 99,3 milhões de euros para o qual contribuíram os seguintes fatores:
  - A redução da receita de contribuições em 542,5 milhões de euros (-4,8%);
  - A redução do montante a receber das transferências do OE para cumprimento da Lei de Bases da Segurança Social em 128,7 milhões de euros (-2,3%);
- Em sentido contrário, a maior variação prendeu-se com o recebimento da transferência do OE para fazer face à despesa com o Regime Substitutivo Bancário no valor de 406,3 milhões de euros; referência ainda para o aumento verificado na receita relativa ao IVA Social e Programa de Emergência Social de 68,1 milhões de euros.

## DESPESA

---

- A despesa efetiva registou um aumento no montante de 702,9 milhões de euros (3,8%) face ao período homólogo, para o qual contribuíram os seguintes fatores:
  - O aumento de despesa com o pagamento das pensões, em 568,3 milhões de euros (1,4%) incluindo as relativas ao Regime Substitutivo Bancário no valor de 406,2 milhões de euros;
  - O acréscimo das restantes prestações sociais (6,6%), influenciado sobretudo pelas prestações de desemprego, com um aumento de 402,8 milhões de euros face ao mesmo período de 2011 (23,4%);
- Em sentido contrário, destaca-se a diminuição da despesa com ações de formação profissional co-financiadas pelo Fundo Social Europeu, que atingiu os 153,3 milhões de euros (-12,7%). É ainda de referir que as despesas de administração registaram um decréscimo, em termos homólogos, no valor de 31,2 milhões de euros.

## SÍNTESE

- O subsector da Administração Regional registou, até final de outubro, um défice orçamental de 57,2 milhões de euros, o que corresponde a uma variação absoluta negativa de 97 milhões de euros, face a igual período do ano anterior. Note-se o comportamento distinto entre as duas Regiões Autónomas, já que enquanto os Açores apresentaram um excedente de 56,9 milhões de euros, a Madeira registou um saldo deficitário de 114,1 milhões de euros.
- A receita e a despesa efetivas mantêm-se em níveis inferiores aos homólogos, embora a receita apresente uma quebra de -6,7% e a despesa de -1,1%, o que explica a deterioração do saldo. O grau de execução da receita efetiva foi de 71%, enquanto o da despesa foi de apenas 56%. Embora em ambas as Regiões a execução se situe em níveis inferiores ao padrão, continua a ser na Região Autónoma da Madeira que esse comportamento é mais acentuado.

**Quadro 12 – Execução orçamental da Administração Regional (janeiro a outubro)**

Execução orçamental da Administração Regional (janeiro a outubro)				
	Milhões de euros		2012	
	2011	2012	Var. Abs.	VH (%)
<b>Receita Efetiva</b>	<b>1.727,9</b>	<b>1.612,5</b>	<b>-115,4</b>	<b>-6,7</b>
dq. Receita Fiscal	897,4	843,6	-53,8	-6,0
Transferências do Orçamento de Estado	594,8	496,9	-97,9	-16,5
União Europeia	136,1	139,2	3,1	2,3
<b>Despesa efetiva</b>	<b>1.688,1</b>	<b>1.669,7</b>	<b>-18,4</b>	<b>-1,1</b>
dq. Despesa Primária	1.641,9	1.598,4	-43,5	-2,6
Despesa de Capital	264,5	212,3	-52,2	-19,7
<b>Saldo global</b>	<b>39,8</b>	<b>-57,2</b>		
<i>Por memória :</i>				
Saldo Primário	86,0	14,1		
Saldo Corrente	-20,6	-201,3		
Saldo Capital	60,4	144,1		
<b>Necessidade de Financiamento</b>				
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-13,7	652,9		
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	-7,1	-229,7		
<i>dos quais Receitas de:</i>				
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0		
Outros Ativos	1,5	0,7		
Utilização de Saldo de Gerência Anterior	-19,0	-366,0		
<b>Total do Financiamento*</b>	<b>-39,8</b>	<b>57,2</b>		

Fonte : Ministério das Finanças com base nos dados da RAA - DROT e RAM - SRPF

\* Corresponde ao simétrico do Saldo Global

## RECEITA

- Confirmando a tendência que se vem observando ao longo deste ano, a quebra homóloga de 6,7% da receita efetiva foi determinada pelo contributo negativo da receita corrente em -8,5 p.p. e que supera o contributo positivo de 1,8 p.p. da receita de capital:
  - A receita corrente registou uma contração de 10,5%, determinada pela diminuição das transferências correntes e da receita fiscal, com contributos de -7,1 p.p. e -3,8 p.p., respetivamente;
  - O comportamento das transferências correntes é determinado pela quebra das transferências do Orçamento do Estado, mais acentuada na Região Autónoma da Madeira, como consequência da retenção parcial das transferências do Orçamento do Estado por incumprimento do limite da dívida e reclassificação do valor referente à Lei de Meios como transferência de capital. Na Região Autónoma dos Açores destaca-se o comportamento positivo das transferências provenientes do Resto do Mundo;
  - A quebra das receitas fiscais continua a ser mais marcada na Região Autónoma dos Açores, confirmando a tendência que se vem desenhando ao longo da execução orçamental no corrente ano, com uma variação homóloga de -6,3%, influenciada pelo IRC e IRS. O comportamento menos negativo da receita proveniente de IRS na Região Autónoma da Madeira é explicado pela aproximação às taxas de imposto praticadas no Continente, de acordo com o previsto no Programa de Assistência Económica e Financeira em curso na Região;
  - A receita de capital registou um crescimento 9,7%, para o que contribuiu o recebimento da última transferência do ano no âmbito da Lei das Finanças Regionais, bem como o aumento da taxa de comparticipação comunitária nos projetos de investimento pela Região Autónoma dos Açores.

Gráfico 8 – Evolução do saldo global da Adm. Regional (M€)

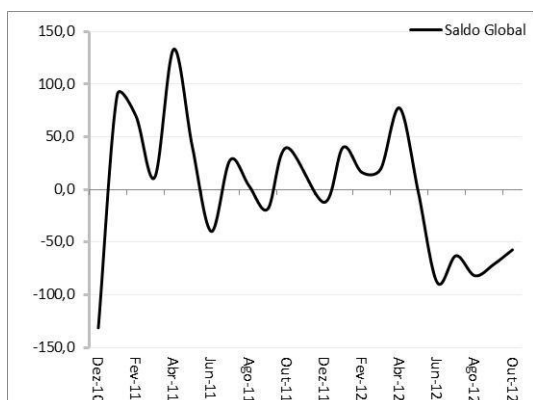
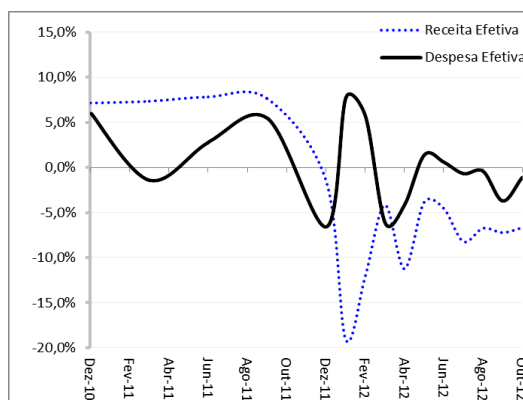


Gráfico 9 – Receita e despesa efetiva – VH (%)



Fonte: Ministério das Finanças

## DESPESA

---

- A despesa efetiva recuou 1,1% no total do subsetor, com contributos de sinal contrário de cada uma das Regiões. Enquanto a Região Autónoma dos Açores apresenta uma quebra de 7,1%, na Região Autónoma da Madeira verifica-se um crescimento de 4,5%.
  - A despesa corrente aumentou 2,4%, assentando num comportamento inverso de cada uma das Regiões, -6,4% e 10,1% na Região Autónoma dos Açores e da Madeira, respetivamente. Continua a registar-se uma contração das despesas com pessoal, num total de 9,7%, em linha com os restantes subsetores das Administrações Públicas e com o objetivo de consolidação orçamental. No entanto, as aquisições de bens e serviços e os juros e outros encargos continuam a onerar a execução, com contributos de 5,4 p.p. e 1,8 p.p., respetivamente. Na Região Autónoma da Madeira o crescimento da despesa com aquisição de bens e serviços reflete o estipulado no PAEF-RAM, em particular, os pagamentos às SCUT e a liquidação de encargos de anos anteriores às farmácias. O acentuado crescimento dos juros registado na Região Autónoma dos Açores está influenciado pelas Empresas Públicas Reclassificadas que não estavam contempladas na execução orçamental do ano anterior.
  - A despesa de capital manteve a tendência negativa que tem vindo a registar em ambas as Regiões, totalizando uma variação homóloga de -19,7%, contribuindo assim -3,1 p.p. para a evolução da despesa efetiva. Destaca-se a redução da despesa em aquisição de bens de capital em -42,6%, sendo que ambas as Regiões Autónomas registaram uma variação negativa nesta rubrica, de -41,2% nos Açores e -43,6% na Madeira.

## SÍNTESE

- A Administração Local registou até outubro de 2012, e para um universo comparável de 261 municípios<sup>13</sup>, um excedente orçamental de 644 milhões de euros, refletindo um acréscimo de 293,8 milhões de euros face ao registado até ao final do 3.º trimestre. Este resultado está influenciado pelo comportamento sazonal da arrecadação da receita fiscal, sendo outubro um dos momentos de recebimento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).
- As necessidades de financiamento continuam a evidenciar uma diminuição dos passivos financeiros líquidos de amortizações, contribuindo positivamente para a evolução da dívida financeira da Administração Local.

Quadro 13 – Execução orçamental da Administração Local (janeiro a outubro)

Execução Orçamental da Administração Local (janeiro a outubro)					€ Milhões	
	2011	V. Acumulados		V. Mensais		
		set-12	out-12	Var. Abs.	Var. Cad. (%)	
<b>Receita Efetiva</b>	<b>6.300,9</b>	<b>4.403,4</b>	<b>5.239,7</b>	<b>836,2</b>	<b>61,3</b>	
dq. Receita Fiscal	2.008,3	1.366,9	1.810,8	443,8	162,6	
Transferências do Orçamento de Estado	2.027,8	1.450,7	1.617,0	166,3	3,4	
União Europeia	581,9	420,1	491,8	71,7	6,1	
<b>Despesa efetiva</b>	<b>6.116,4</b>	<b>4.053,2</b>	<b>4.595,7</b>	<b>542,4</b>	<b>24,6</b>	
dq. Despesa Primária	5.992,0	3.965,4	4.492,3	526,8	23,8	
Despesa de Capital	1.743,0	1.116,3	1.271,0	154,6	16,9	
<b>Saldo global</b>	<b>184,5</b>	<b>350,2</b>	<b>644,0</b>	<b>293,8</b>		
<i>Por memória :</i>						
Saldo Primário	308,9	438,0	747,4	309,4		
Saldo Corrente	563	514	836	322		
Saldo Capital	-378	-164	-192	-28		
<b>Necessidade de Financiamento</b>						
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-128,5	-187,9	-256,9	-69,0		
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	-11,1	-1,6	-1,8	-0,2		
<i>dos quais Receitas de:</i>						
Alienação de partes de Capital	0,3	0,1	0,1	0,0		
Outros Ativos	12,8	14,1	14,4	0,3		
Utilização de Saldo de Gerência Anterior	-44,8	-160,7	-385,3	-224,5		
<b>Total do Financiamento*</b>	<b>-184,5</b>	<b>-350,2</b>	<b>-644,0</b>	<b>-293,8</b>		

Nota: Universo comparável (mesmos municípios ao longo dos períodos em análise): 261 Municípios.

\* Corresponde ao simétrico do Saldo Global

Fonte: BIORC - DGO com base nos dados do SIIAL.

<sup>13</sup> Tendo em conta os valores anuais de 2011, este universo de municípios representa cerca de 86% da receita e despesa efetivas no total dos 308 municípios.

## RECEITA

- Para o universo comparável, a receita efetiva até outubro foi de 5.239,7 milhões de euros. Em termos mensais, o valor foi de 836,2 milhões de euros, o que se traduz num acréscimo de 61,3% face ao mês anterior. Esta evolução resulta do comportamento da receita corrente, com um crescimento de 81,5% face ao mês anterior, já que a receita de capital registou uma ligeira quebra de 0,8%;
- O comportamento da receita corrente foi determinado pelo acréscimo da receita fiscal em 443,8 milhões de euros face ao mês de setembro, justificada, tal como referido, pelo facto de estarmos perante um dos momentos do ano de recebimento do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Gráfico 10 – Evolução do saldo global da Adm. Local (M€)

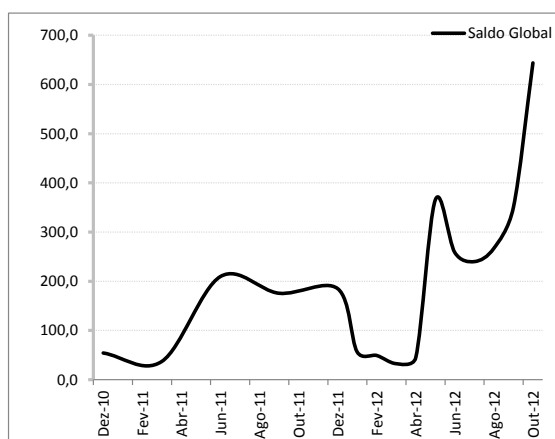
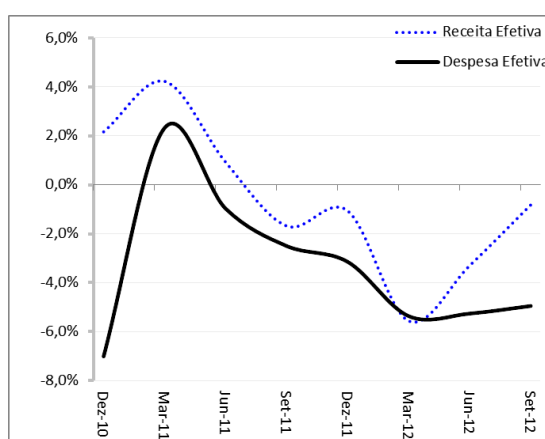


Gráfico 11 – Receita e despesa efetiva – VH (%)



Fonte: Ministério das Finanças

## DESPESA

- A despesa efetiva foi de 4.595,7 milhões de euros até outubro de 2012, sendo o montante registado neste último mês de 542,4 milhões de euros. Para o mesmo universo de municípios, este valor mensal reflete um acréscimo na ordem dos 24,6% face ao mês anterior, determinado pelo crescimento das componentes mais relevantes da despesa efetiva (despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços e aquisição de bens de capital com pesos no total da despesa efetiva de 32%, 28% e 23%, respetivamente).



**2012**  
novembro

Síntese da Execução Orçamental

**Informação Estatística**



**Índice**Última  
actualizaçãoPróxima  
actualizaçãoÚltimo valor  
disponível

<a href="#">1 - Metas e execução do Saldo Global das Administrações Públicas por trimestre - 2012</a>	23-outubro-12	23-janeiro-13	jan-setembro 12
<a href="#">2 - Execução Orçamental consolidada das Administrações Públicas</a>	23-novembro-12	21-dezembro-12	jan-setembro 12
<a href="#">3 - Execução Orçamental consolidada da Administração Central e Segurança Social</a>	23-novembro-12	21-dezembro-12	jan-outubro 12
<a href="#">4 - Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas</a>	23-novembro-12	21-dezembro-12	jan-outubro 12
<a href="#">5 - Execução Orçamental do Estado</a>	23-novembro-12	21-dezembro-12	jan-outubro 12
<a href="#">6 - Receita do Estado</a>	23-novembro-12	21-dezembro-12	jan-outubro 12
<a href="#">7 - Despesa do Estado - classificação económica</a>	23-novembro-12	21-dezembro-12	jan-outubro 12
<a href="#">8 - Despesa do Estado - classificação funcional</a>	23-novembro-12	21-dezembro-12	jan-outubro 12
<a href="#">9 - Despesa do Estado - classificação orgânica</a>	23-novembro-12	21-dezembro-12	jan-outubro 12
<a href="#">10 - Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos</a>	23-novembro-12	21-dezembro-12	jan-outubro 12
<a href="#">11 - Execução orçamental da Caixa Geral de Aposentações</a>	23-novembro-12	21-dezembro-12	jan-outubro 12
<a href="#">12 - Indicadores físicos do sistema de protecção social da Função Pública</a>	23-novembro-12	21-dezembro-12	jan-outubro 12
<a href="#">13 - Programas Orçamentais</a>	23-novembro-12	21-dezembro-12	jan-outubro 12
<a href="#">14 - Execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde</a>	23-novembro-12	21-dezembro-12	jan-outubro 12
<a href="#">15 - Execução Orçamental da Segurança Social</a>	23-novembro-12	21-dezembro-12	jan-outubro 12
<a href="#">16 - Administração Regional</a>	23-novembro-12	21-dezembro-12	jan-outubro 12
<a href="#">17 - Administração Local</a>	23-novembro-12	21-dezembro-12	jan-outubro 12
<a href="#">18 - Dívida não Financeira da Administração Pública</a>	23-novembro-12	21-dezembro-12	jan-outubro 12

**Glossário**



## 1 - Metas PAEF e execução 2012 - Administrações Públicas

Metas e execução do Saldo Global das Administrações Públicas por trimestre - 2012

Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF)

	€ Milhões						
	I Trimestre		II Trimestre		III Trimestre		Metas (valores acumulados)
	Meta	Execução (1)	Meta	Execução (1)	Meta	Execução (1)	IV Trimestre (2)
<b>Saldo das Administrações Públicas (caixa)</b>	-	<b>-444,1</b>	-	<b>-1.553,6</b>	-	<b>-4.096,2</b>	-
Ajustamentos PAEF							
Garantias, empréstimos e dotações de capital		-12,0		-20,4		-56,5	
Transferência adicional para o SNS		0,0		234,7		1.404,2	
Fundos de pensões de instituições de crédito		0,0		-2.783,9		-2.783,9	
<b>Saldo das Administrações Públicas (Critério de Desempenho)</b>	<b>-1.900,0</b>	<b>-456,1</b>	<b>-4.400,0</b>	<b>-4.123,3</b>	<b>-5.900,0</b>	<b>-5.532,4</b>	<b>-9.000,0</b>

(1) O saldo das Administrações Públicas inclui operações, que no âmbito do memorando técnico de entendimento do PAEF, devem afetar o saldo, apesar de terem sido registadas como despesa não efetiva. Valores dos trimestres anteriores revistos em função dos saldos das contas das administrações públicas divulgados posteriormente.

(2) Revisto, na sequência do 5.º Exame Regular.

## 2 - Conta Consolidada das Administrações Públicas

### Conta consolidada das Administrações Públicas (ótica da contabilidade pública) - janeiro a setembro 2012

€ Milhões

	Estado	Serviços e Fundos Autónomos	Adm. Local e Regional	Segurança Social	Administrações Públicas
<b>Receita corrente</b>	<b>26.543,6</b>	<b>18.538,7</b>	<b>4.941,6</b>	<b>17.674,7</b>	<b>47.929,7</b>
Receita Fiscal	23.876,4	812,9	2.552,2	553,1	27.794,6
Impostos directos	9.966,3	22,3	1.969,7	0,0	11.958,2
Impostos indirectos	13.910,1	790,6	582,5	553,1	15.836,3
Contribuições de Segurança Social	347,6	2.475,8	6,7	9.736,3	12.566,3
Outras receitas correntes	2.319,6	15.250,1	2.382,7	7.385,2	7.568,8
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	580,9	12.386,1	1.325,5	5.476,3	
<b>Receita de capital</b>	<b>3.246,1</b>	<b>1.303,8</b>	<b>1.611,1</b>	<b>3,8</b>	<b>4.595,7</b>
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	47,8	552,6	966,8	2,0	
<b>Receita efectiva</b>	<b>29.789,7</b>	<b>19.842,5</b>	<b>6.552,6</b>	<b>17.678,5</b>	<b>52.525,4</b>
<b>Despesa Corrente</b>	<b>33.144,3</b>	<b>17.737,8</b>	<b>4.749,7</b>	<b>17.389,8</b>	<b>53.252,8</b>
Consumo Público	7.629,8	9.934,5	3.805,7	251,6	21.621,6
Despesas com o Pessoal	6.269,0	2.230,0	2.104,9	187,6	10.791,4
Aquisição de Bens Serv. E Outras Desp. Corr.	1.360,8	7.704,6	1.700,8	64,0	10.830,1
Subsídios	152,7	249,7	136,4	500,8	1.039,5
Juros e Outros Encargos	4.997,6	493,4	167,3	1,9	5.660,2
Transferências correntes	20.364,2	7.060,2	640,3	16.635,6	24.931,5
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	18.480,4	444,0	-86,7	931,0	
<b>Despesa de capital</b>	<b>1.798,7</b>	<b>1.610,0</b>	<b>1.484,7</b>	<b>44,4</b>	<b>3.368,7</b>
Investimentos	194,4	1.202,9	1.244,9	16,1	2.658,3
Transferências de capital	1.596,6	397,6	206,4	28,3	659,7
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	1.521,8	50,6	-2,7	-0,6	
Outras despesas de capital	7,8	9,5	33,4	0,0	50,7
<b>Despesa efectiva</b>	<b>34.943,0</b>	<b>19.347,7</b>	<b>6.234,5</b>	<b>17.434,3</b>	<b>56.621,6</b>
<b>Saldo global</b>	<b>-5.153,3</b>	<b>494,7</b>	<b>318,1</b>	<b>244,2</b>	<b>-4.096,2</b>
Saldo corrente	-6.600,7	800,9	191,8	284,8	-5.323,2
Despesa corrente primária	28.146,6	17.244,4	4.582,4	17.388,0	47.592,6
Saldo corrente primário	-1.603,0	1.294,3	359,2	286,7	337,1
Saldo de capital	1.447,4	-306,2	126,3	-40,6	1.227,0
Despesa primária	29.945,4	18.854,4	6.067,1	17.432,4	50.961,4
Saldo primário	-155,6	988,1	485,5	246,1	1.564,0

Fonte: Ministério das Finanças

### 3 - Conta Consolidada da Administração Central e Segurança Social

Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social - Comparação 2012 e 2011

€ Milhões

	Objetivo Orçamento Retificativo		Universo comparável	Universos comparáveis (sem EPR)						Execução Universo real (com EPR)			
	2012		jan - ou 2011	outubro 2012			jan - out 2012			outubro 2012		jan - outubro 2012	
	Universos comparáveis (sem EPR)	Universo real (com EPR)	Execução Acumulada	Execução mensal	Variação homóloga (%)	Grau de Execução mensal (%)	Execução Acumulada	Variação homóloga acumulada (%)	Grau de Execução acumulado (%)	Execução mensal	Grau de Execução mensal (%)	Execução Acumulada	Grau de Execução acumulado (%)
<b>Receita corrente</b>	<b>61.868,5</b>	<b>64.157,5</b>	<b>49.041,1</b>	<b>4.303,9</b>	<b>-6,2</b>	<b>7,0</b>	<b>47.344,7</b>	<b>-3,5</b>	<b>76,5</b>	<b>4.468,4</b>	<b>7,0</b>	<b>48.882,1</b>	<b>76,2</b>
Receita fiscal	36.461,4	37.181,4	28.291,7	2.379,7	1,7	6,5	27.110,3	-4,2	74,4	2.433,8	6,5	27.676,2	74,4
Impostos directos	14.468,7	14.468,7	11.373,4	962,5	2,4	6,7	10.951,1	-3,7	75,7	962,5	6,7	10.951,1	75,7
Impostos indirectos	21.992,7	22.712,7	16.918,3	1.417,2	1,3	6,4	16.159,2	-4,5	73,5	1.471,3	6,5	16.725,1	73,6
Contribuições de Segurança Social	17.591,8	17.591,8	14.729,6	1.319,2	-3,8	7,5	13.878,8	-5,8	78,9	1.319,2	7,5	13.878,8	78,9
Outras receitas correntes	7.815,3	9.384,2	6.019,8	605,1	-30,9	7,7	6.355,6	5,6	81,3	715,4	7,6	7.327,1	78,1
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	84,8	83,2	53,2	6,2	-12,1	7,3	56,4	5,9	66,5	6,2	7,5	54,6	65,6
<b>Receita de capital</b>	<b>4.902,0</b>	<b>5.212,2</b>	<b>1.353,8</b>	<b>46,9</b>	<b>10,7</b>	<b>1,0</b>	<b>3.877,3</b>	<b>186,4</b>	<b>79,1</b>	<b>58,6</b>	<b>1,1</b>	<b>4.021,4</b>	<b>77,2</b>
Venda de bens de investimento	135,8	168,3	29,5	1,2	-57,4	0,8	5,7	-80,6	4,2	1,6	0,9	9,8	5,9
Transferências de Capital	4.302,4	4.532,4	1.078,3	42,9	12,8	1,0	3.410,3	216,3	79,3	54,3	1,2	3.548,9	78,3
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	37,2	20,6	8,9	0,0	-95,3	0,1	7,0	-21,1	18,9	0,0	0,1	7,0	34,2
Outras receitas de capital	463,8	511,6	246,0	2,9	74,2	0,6	461,2	87,5	99,4	2,7	0,5	462,6	90,4
<b>Receita efetiva</b>	<b>66.770,5</b>	<b>69.369,7</b>	<b>50.394,9</b>	<b>4.350,9</b>	<b>-6,0</b>	<b>6,5</b>	<b>51.222,0</b>	<b>1,6</b>	<b>76,7</b>	<b>4.527,0</b>	<b>6,5</b>	<b>52.903,5</b>	<b>76,3</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>68.245,4</b>	<b>70.664,4</b>	<b>53.678,5</b>	<b>6.223,8</b>	<b>-1,0</b>	<b>9,1</b>	<b>54.818,9</b>	<b>2,1</b>	<b>80,3</b>	<b>6.400,0</b>	<b>9,1</b>	<b>56.328,7</b>	<b>79,7</b>
Consumo público	24.229,6	25.971,6	18.883,8	1.780,2	-1,4	7,3	18.543,9	-1,8	76,5	1.913,9	7,4	19.846,2	76,4
Despesas com o pessoal	11.705,4	12.391,4	10.527,1	890,8	-6,1	7,6	9.081,8	-13,7	77,6	944,5	7,6	9.631,1	77,7
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	12.524,2	13.580,2	8.356,7	889,4	3,9	7,1	9.462,1	13,2	75,6	969,4	7,1	10.215,1	75,2
Subsídios	1.538,9	1.568,8	1.160,1	129,1	-23,4	8,4	1.012,9	-12,7	65,8	131,5	8,4	1.034,6	66,0
Juros e outros encargos	7.356,2	8.484,9	5.762,2	1.529,9	-3,7	20,8	6.559,7	13,8	89,2	1.608,9	19,0	7.101,8	83,7
Transferências correntes	35.120,7	34.639,1	27.872,4	2.784,6	2,2	7,9	28.702,5	3,0	81,7	2.745,7	7,9	28.346,0	81,8
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	2.466,7	1.961,7	1.696,3	250,5	23,2	10,2	2.009,1	18,4	81,4	206,4	10,5	1.631,2	83,2
<b>Despesa de capital</b>	<b>3.740,3</b>	<b>5.114,4</b>	<b>3.185,4</b>	<b>262,0</b>	<b>-15,5</b>	<b>7,0</b>	<b>2.451,1</b>	<b>-23,1</b>	<b>65,5</b>	<b>419,0</b>	<b>8,2</b>	<b>3.281,2</b>	<b>64,2</b>
Investimento	973,0	2.762,4	505,6	47,0	-19,8	4,8	425,5	-15,8	43,7	206,7	7,5	1.620,1	58,6
Transferências de capital	2.738,2	2.322,8	2.643,2	193,6	-21,2	7,1	1.988,0	-24,8	72,6	190,0	8,2	1.617,7	69,6
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	1.777,3	1.362,0	1.274,0	147,9	-27,3	8,3	1.490,3	17,0	83,9	144,3	10,6	1.119,5	82,2
Outras despesas de capital	29,1	29,1	36,7	21,5	279,2	73,8	37,6	2,5	129,2	22,4	76,8	43,5	149,4
<b>Despesa efetiva</b>	<b>71.985,7</b>	<b>75.778,7</b>	<b>56.863,9</b>	<b>6.485,9</b>	<b>-1,7</b>	<b>9,0</b>	<b>57.270,0</b>	<b>0,7</b>	<b>79,6</b>	<b>6.819,0</b>	<b>9,0</b>	<b>59.609,9</b>	<b>78,7</b>
<b>Saldo global</b>	<b>-5.215,2</b>	<b>-6.409,0</b>	<b>-6.469,0</b>	<b>-2.135,0</b>			<b>-6.048,0</b>			<b>-2.292,0</b>		<b>-6.706,3</b>	
Ajustamentos PAEF													
Garantias, empréstimos e dotações de capital	-99,0	-99,0		-6,3			-62,7			-6,3		-62,7	
Transferência adicional para o SNS - pagam. de dívidas	1.500,0	1.500,0		4,0			1.408,2			4,0		1.408,2	
Fundos de pensões	-2.789,8	-2.789,8		0,0			-2.783,9			0,0		-2.783,9	
<b>Saldo global (Critério de Desempenho PAEF)</b>	<b>-6.604,0</b>	<b>-7.797,8</b>	<b>-6.469,0</b>	<b>-2.137,3</b>			<b>-7.486,5</b>			<b>-2.294,3</b>		<b>-8.144,8</b>	
<i>Por memória:</i>													
Saldo corrente	-6.376,9	-6.506,9	-4.637,3	-1.919,9			-7.474,2			-1.931,6		-7.446,5	
Despesa corrente primária	60.889,3	62.179,5	47.916,3	4.694,0	-0,1	7,7	48.259,2	0,7	79,3	4.791,0	7,7	49.226,9	79,2
Saldo corrente primário	979,3	1.978,0	1.124,8	-390,0			-914,5			-322,6		-344,7	
Saldo de capital	1.161,7	97,9	-1.831,6	-215,1			1.426,2			-360,4		740,2	
Despesa primária	64.629,5	67.293,9	51.101,7	4.956,0	-1,0	7,7	50.710,3	-0,8	78,5	5.210,1	7,7	52.508,0	78,0
Saldo primário	2.141,0	2.075,9	-706,8	-605,1			511,7			-683,1		395,5	
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	24.452,8	24.153,4	3.088,9	1.074,4			10.149,6			1.073,7		10.130,1	
<i>dos quais Receitas de:</i>													
Alienação de partes de Capital	1.600,0	1.600,1	0,0	0,0			160,0			0,0		160,0	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	30.763,8	31.710,6	17.228,1	694,9			20.590,4			696,4		21.343,7	

Fonte: Ministério das Finanças

#### Notas:

A execução de 2011 não inclui as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), uma vez que estas entidades apenas foram integradas em 2012 na Administração Central, no subsector dos serviços e fundos autónomos.

Em 2012, apresenta-se a informação real e a comparável com 2011 excluindo para esse efeito as EPR.

O grau de execução está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo.

Os valores negativos resultam de operações de consolidação.

## 4 - Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

Os valores de execução orçamental correspondem aos divulgados no respetivo período (publicação mensal), podendo, em alguns casos, terem ocorrido ajustamentos à posteriori em sede de apuramento definitivo.

		Evolução da Receita, Despesa e Saldo do Estado (valores acumulados)			€ Milhões	
		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
<b>2009</b>	janeiro	2.788,5	3.416,8	-628,3	-13,7%	-5,1%
	fevereiro	6.024,3	6.931,3	-907,0	-8,9%	3,7%
	março	7.958,9	10.314,7	-2.355,8	-11,1%	4,9%
	abril	9.657,3	14.509,5	-4.852,2	-16,6%	4,4%
	maio	13.960,0	18.290,7	-4.330,7	-17,8%	4,2%
	junho	16.105,0	23.410,8	-7.305,8	-20,7%	5,4%
	julho	19.114,6	27.685,0	-8.570,4	-18,8%	3,7%
	agosto	22.350,5	31.063,1	-8.712,6	-15,4%	4,1%
	setembro	26.045,7	35.133,4	-9.087,7	-12,8%	5,0%
	outubro	28.072,3	39.746,3	-11.674,0	-14,1%	5,8%
	novembro	30.963,7	44.035,1	-13.071,4	-13,9%	4,6%
	dezembro	34.708,2	48.765,5	-14.057,3	-15,0%	6,0%
<b>2010</b>	janeiro	2.720,0	3.882,4	-1.162,4	-4,4%	13,6%
	fevereiro	5.831,0	7.073,2	-1.242,2	-3,5%	2,0%
	março	7.897,9	10.271,0	-2.373,1	-0,4%	-0,4%
	abril	9.668,4	14.230,3	-4.561,9	0,2%	-1,9%
	maio	14.112,0	18.536,3	-4.424,3	1,3%	1,3%
	junho	16.665,9	24.428,9	-7.763,0	3,5%	4,3%
	julho	19.820,9	28.723,6	-8.902,7	3,6%	3,8%
	agosto	22.723,9	31.913,6	-9.189,7	1,8%	2,7%
	setembro	26.519,7	35.837,4	-9.317,7	1,9%	2,0%
	outubro	28.971,4	40.856,4	-11.885,1	3,2%	2,8%
	novembro	32.242,0	45.181,2	-12.939,2	4,0%	2,6%
	dezembro	36.287,1	50.565,4	-14.278,3	4,5%	3,7%
<b>2011</b>	janeiro	3.128,4	3.915,4	-787,0	14,4%	0,9%
	fevereiro	6.442,0	6.815,6	-373,6	10,0%	-3,6%
	março	8.877,3	9.896,4	-1.019,1	15,0%	-3,6%
	abril	11.265,8	13.804,9	-2.539,1	17,4%	-3,0%
	maio	15.089,6	17.195,5	-2.105,9	6,9%	-7,2%
	junho	17.445,7	23.597,2	-6.151,5	4,8%	-3,4%
	julho	20.662,2	27.349,0	-6.686,8	4,4%	-4,8%
	agosto	23.787,6	30.989,9	-7.202,3	4,8%	-2,9%
	setembro	27.896,7	34.458,2	-6.561,5	5,1%	-3,8%
	outubro	30.484,2	39.384,4	-8.900,2	5,2%	-3,6%
	novembro	34.141,3	44.043,1	-9.901,8	5,9%	-2,5%
	dezembro	41.537,2	48.731,7	-7.194,5	14,5%	-3,6%
<b>2012</b>	janeiro	2.980,6	3.416,6	-436,0	-6,1%	-12,7%
	fevereiro	6.258,9	7.057,5	-798,6	-4,3%	3,5%
	março	8.610,0	10.247,0	-1.637,0	-4,4%	3,5%
	abril	11.103,3	14.162,1	-3.058,8	-2,2%	2,6%
	maio	14.822,6	17.538,5	-2.715,9	-2,3%	2,0%
	junho	19.865,4	23.087,2	-3.221,8	13,2%	-2,2%
	julho	23.165,2	27.145,1	-3.979,9	11,4%	-0,7%
	agosto	26.430,5	31.325,8	-4.895,3	10,6%	1,1%
	setembro	29.793,5	34.946,8	-5.153,3	6,4%	1,4%
	outubro	32.274,1	39.609,5	-7.335,4	5,6%	0,6%

Os valores constantes do presente quadro não excluem transferências intra-setoriais.

Fonte: Ministério das Finanças

## 4 - Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

Evolução da Receita, Despesa e Saldo dos Serviços e Fundos Autónomos (valores acumulados) € Milhões

		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
<b>2009</b>	janeiro	1.835,4	1.407,3	428,2	8,7%	9,3%
	fevereiro	3.813,0	3.096,4	716,6	8,1%	7,7%
	março	5.677,9	4.866,3	811,6	5,2%	3,9%
	abril	7.513,0	6.710,6	802,4	2,1%	4,3%
	maio	9.432,2	8.522,3	909,8	1,6%	4,5%
	junho	11.600,6	10.876,0	724,6	5,9%	5,3%
	julho	14.081,9	13.120,9	961,0	5,4%	3,6%
	agosto	15.849,2	15.027,5	821,7	5,4%	4,9%
	setembro	17.719,1	16.910,5	808,6	5,8%	5,3%
	outubro	19.937,4	19.038,4	899,0	6,3%	5,5%
	novembro	22.221,2	21.736,6	484,6	5,1%	5,6%
	dezembro	25.645,0	25.017,0	628,0	5,8%	4,9%
<b>2010</b>	janeiro	1.844,5	1.377,9	466,6	0,5%	-2,1%
	fevereiro	3.594,8	2.992,4	602,3	-5,7%	-3,0%
	março	5.381,0	4.645,9	735,1	-5,2%	-4,3%
	abril	7.107,3	6.297,7	809,6	-5,4%	-6,2%
	maio	8.956,3	7.920,8	1.035,5	-5,1%	-7,1%
	junho	11.011,7	10.169,0	842,8	-5,1%	-6,5%
	julho	13.871,4	12.608,5	1.262,9	-2,3%	-4,7%
	agosto	15.618,2	14.468,6	1.149,6	-2,4%	-4,7%
	setembro	17.486,6	16.469,7	1.016,9	-2,3%	-3,6%
	outubro	19.268,2	18.333,4	934,8	-3,4%	-3,7%
	novembro	21.717,4	21.250,7	466,7	-2,3%	-2,2%
	dezembro	26.526,2	24.431,5	2.094,7	3,4%	-2,3%
<b>2011</b>	janeiro	1.972,0	1.466,7	505,3	6,9%	6,4%
	fevereiro	3.835,6	3.102,8	732,8	6,7%	3,7%
	março	5.699,7	4.828,7	871,0	5,9%	3,9%
	abril	7.495,9	6.505,0	991,0	5,5%	3,3%
	maio	9.525,5	8.447,5	1.078,0	6,4%	6,6%
	junho	11.567,7	10.461,2	1.106,4	5,0%	2,9%
	julho	13.788,5	12.804,1	984,3	-0,6%	1,6%
	agosto	15.859,1	14.665,2	1.193,9	1,5%	1,4%
	setembro	17.587,2	16.429,7	1.157,5	0,6%	-0,2%
	outubro	19.633,8	18.321,2	1.312,7	1,9%	-0,1%
	novembro	21.972,9	20.931,8	1.041,2	1,2%	-1,5%
	dezembro	24.429,8	23.527,3	902,5	-7,9%	-3,7%
<b>2012</b>	janeiro	1.803,2	1.406,1	397,1	-8,9%	-4,6%
	fevereiro	3.849,4	3.014,4	835,0	0,4%	-2,5%
	março	5.621,9	4.677,6	944,2	-1,4%	-3,1%
	abril	7.383,6	6.340,6	1.043,0	-1,9%	-3,0%
	maio	9.272,3	8.109,3	1.163,1	-2,7%	-4,0%
	junho	11.647,6	9.936,9	1.710,7	0,5%	-5,1%
	julho	13.392,0	12.338,7	1.053,4	-3,0%	-3,8%
	agosto	16.057,9	14.932,2	1.125,7	1,2%	1,8%
	setembro	17.706,0	16.710,0	996,0	0,6%	1,6%
	outubro	19.587,2	18.536,5	1.050,7	-0,3%	1,1%

Os valores de 2012 não incluem a execução orçamental das EPR

Os valores constantes do presente quadro apenas excluem transferências intra-setoriais.

Fonte: Ministério das Finanças

## 4 - Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

**€ Milhões**

**Evolução da Receita, Despesa e Saldo das Entidades Públicas Reclassificadas (valores acumulados)**

	Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
				Receita	Despesa
<b>2012</b>					
janeiro	363,7	226,4	137,3	-	-
fevereiro	729,9	640,7	89,2	-	-
março	888,7	956,9	-68,1	-	-
abril	1.049,9	1.209,1	-159,2	-	-
maio	1.254,6	1.715,0	-460,5	-	-
junho	1.433,9	1.906,4	-472,5	-	-
julho	1.763,3	2.268,1	-504,8	-	-
agosto	2.009,5	2.526,1	-516,5	-	-
setembro	2.203,3	2.704,6	-501,3	-	-
outubro	2.426,2	3.084,5	-658,3	-	-

Notas: Os valores da receita e da despesa correspondem aos divulgados no respetivo período tendo, em alguns casos, sido objeto de ajustamento posterior à sua divulgação.

Fonte: Ministério das Finanças

**€ Milhões**

**Evolução da Receita, Despesa e Saldo da Segurança Social (valores acumulados)**

	Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
				Receita	Despesa
<b>2009</b>					
janeiro	1.926,4	1.541,6	384,8	-3,5%	8,1%
fevereiro	3.710,7	3.105,0	605,7	1,8%	5,3%
março	5.389,3	4.684,9	704,5	1,8%	6,7%
abril	7.235,4	6.351,0	884,4	0,5%	8,6%
maio	9.122,5	8.018,3	1.104,2	2,8%	9,7%
junho	10.933,3	9.754,6	1.178,7	2,7%	10,6%
julho	12.876,9	12.410,4	466,5	2,8%	10,1%
agosto	14.762,8	14.134,7	628,1	2,9%	10,3%
setembro	16.879,9	15.878,0	1.001,9	5,3%	10,9%
outubro	18.666,8	17.667,8	999,0	4,7%	11,0%
novembro	20.569,0	19.471,9	1.097,1	5,5%	10,8%
dezembro	22.849,1	22.269,7	579,4	5,5%	11,1%
<b>2010</b>					
janeiro	1.981,8	1.617,6	364,2	2,8%	4,8%
fevereiro	3.720,4	3.310,9	409,5	0,4%	6,6%
março	5.570,6	5.068,0	502,6	3,4%	8,2%
abril	7.451,1	6.975,0	476,1	3,0%	9,7%
maio	9.503,6	8.783,6	720,0	4,2%	9,5%
junho	11.484,1	10.535,9	948,2	5,0%	8,0%
julho	13.808,6	13.334,5	474,1	7,2%	7,4%
agosto	15.765,1	15.104,6	660,5	6,8%	6,9%
setembro	17.725,4	16.838,5	886,9	5,0%	6,0%
outubro	19.600,1	18.601,2	998,9	5,0%	5,3%
novembro	21.586,4	20.382,3	1.204,1	4,9%	4,7%
dezembro	23.836,2	23.185,3	651,0	4,3%	4,1%
<b>2011</b>					
janeiro	1.994,8	1.684,3	310,5	0,7%	4,1%
fevereiro	3.852,9	3.371,5	481,4	3,5%	1,8%
março	5.746,6	5.167,0	579,7	3,1%	1,9%
abril	7.632,5	6.906,1	726,4	2,4%	-1,0%
maio	9.505,6	8.762,4	743,2	0,0%	-0,3%
junho	11.648,7	10.567,6	1.081,1	1,4%	0,3%
julho	13.634,4	13.333,7	300,7	-1,3%	0,0%
agosto	15.810,3	15.076,2	734,1	0,3%	-0,2%
setembro	17.635,3	16.831,6	803,7	-0,5%	0,0%
outubro	19.602,8	18.563,9	1.038,9	0,0%	-0,2%
novembro	21.327,9	20.364,8	963,1	-1,2%	-0,1%
dezembro	23.537,6	23.108,3	429,3	0,0	0,0
<b>2012</b>					
janeiro	2.016,9	1.788,0	228,9	1,2%	6,2%
fevereiro	4.056,7	3.643,3	413,4	5,3%	8,1%
março	5.806,4	5.528,2	278,2	1,1%	7,1%
abril	7.697,4	7.422,1	275,3	0,9%	7,5%
maio	9.598,7	9.283,4	315,3	1,0%	6,0%
junho	11.429,8	11.156,0	273,8	-1,8%	5,6%
julho	13.874,5	13.734,8	139,6	1,8%	3,1%
agosto	15.911,1	15.642,3	268,8	0,7%	3,8%
setembro	17.678,5	17.434,3	244,2	0,3%	3,6%
outubro	19.492,9	19.256,2	236,7	-0,5%	3,8%

Nota: Os valores da receita e da despesa correspondem aos divulgados no respetivo período tendo, em alguns casos, sido objeto de ajustamento posterior à sua divulgação.

Os valores constantes do presente quadro apenas excluem transferências intra-setoriais.

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

## 4 - Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

Evolução da Receita, Despesa e Saldo da Administração Local (valores acumulados)				€ Milhões		
		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2009	I TR	1.277,2	1.244,3	32,8	1,6%	5,1%
	II TR	3.035,0	3.004,0	31,0	4,3%	7,5%
	III TR	4.506,8	4.754,5	-247,7	3,6%	11,9%
	IV TR	6.232,6	6.787,9	-555,4	0,8%	5,4%
2010	I TR	1.215,1	1.201,5	13,7	-4,9%	-3,4%
	II TR	3.027,4	2.873,8	153,7	-0,2%	-4,3%
	III TR	4.515,9	4.373,5	142,4	0,2%	-8,0%
	IV TR	6.367,5	6.313,3	54,3	2,2%	-7,0%
2011	I TR	1.266,5	1.229,5	37,0	4,2%	2,3%
	II TR	3.055,5	2.845,8	209,6	0,9%	-1,0%
	III TR	4.439,9	4.264,2	175,7	-1,7%	-2,5%
	IV TR	6.299,9	6.114,7	185,2	-1,1%	-3,1%
2012	janeiro	399,8	343,3	56,5	-	-
	fevereiro	781,1	731,8	49,2	-	-
	março	1.196,1	1.163,5	32,5	-5,6%	-5,4%
	abril	1.614,3	1.569,6	44,6	-	-
	maio	2.534,5	2.169,3	365,2	-	-
	junho	2.954,6	2.696,2	258,5	-3,3%	-5,3%
	julho	3.426,2	3.186,2	240,0	-	-
	agosto	3.884,9	3.617,8	267,0	-	-
	setembro	4.403,4	4.053,2	350,2	-0,8%	-4,9%
	outubro	5.239,7	4.595,7	644,0	-	-

Fonte: BIORC - DGO com base nos dados do SIAL (2011 e 2010), DOMUS - DGO (2008 e 2009); Universo comparável: 261 municípios.

Evolução da Receita, Despesa e Saldo da Administração Regional (valores acumulados)				€ Milhões		
		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2008	I TR	404,4	375,2	29,1	-4,9%	0,4%
	II TR	937,0	919,1	17,9	-5,6%	1,9%
	III TR	1.417,7	1.636,5	-218,8	-1,8%	18,4%
	IV TR	2.115,8	2.287,2	-171,4	-2,2%	5,5%
2009	I TR	397,5	386,9	10,6	-1,7%	3,1%
	II TR	865,5	960,6	-95,2	-7,6%	4,5%
	III TR	1.342,5	1.461,1	-118,6	-5,3%	-10,7%
	IV TR	2.001,8	2.148,8	-147,0	-5,4%	-6,1%
2010	I TR	406,3	430,7	-24,4	2,2%	11,3%
	II TR	869,9	951,0	-81,2	0,5%	-1,0%
	III TR	1.404,4	1.451,0	-46,7	4,6%	-0,7%
	IV TR	2.144,8	2.276,2	-131,4	7,1%	5,9%
2011	janeiro	210,8	121,2	89,6	-	-
	fevereiro	322,9	253,2	69,7	-	-
	março	436,2	424,5	11,6	7,3%	-1,4%
	abril	703,6	570,5	133,1	-	-
	maio	819,0	779,1	39,9	-	-
	junho	937,9	977,8	-39,9	7,8%	2,8%
	julho	1.202,9	1.174,8	28,1	-	-
	agosto	1.349,3	1.345,6	3,7	-	-
	setembro	1.511,7	1.530,2	-18,5	7,6%	5,5%
	outubro	1.727,9	1.688,1	39,8	-	-
	novembro	1.887,3	1.893,7	-6,5	-	-
	dezembro	2.114,3	2.126,6	-12,3	-1,4%	-6,6%
2012	janeiro	170,6	130,6	40,1	-19,0%	7,8%
	fevereiro	283,8	267,6	16,2	-12,1%	5,7%
	março	418,0	398,5	19,5	-4,2%	-6,1%
	abril	624,5	547,1	77,4	-11,2%	-4,1%
	maio	787,3	790,0	-2,7	-3,9%	1,4%
	junho	895,4	983,7	-88,3	-4,5%	0,6%
	julho	1.104,0	1.166,9	-62,9	-8,2%	-0,7%
	agosto	1.258,4	1.340,2	-81,9	-6,7%	-0,4%
	setembro	1.402,4	1.473,6	-71,2	-7,2%	-3,7%
	outubro	1.612,5	1.669,7	-57,2	-6,7%	-1,1%

Fonte: Governos Regionais da Madeira e dos Açores.

## 5 - Execução Orçamental do Estado

Execução Orçamental do Estado (janeiro a outubro)

€ Milhões

	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH
<b>Receita corrente</b>	<b>30.274,2</b>	<b>29.024,4</b>	<b>-4,1</b>	<b>-4,1</b>
Receitas fiscais	27.368,8	26.117,9	-4,6	-4,1
Impostos diretos	11.353,8	10.928,8	-3,7	-1,4
Impostos indiretos	16.015,0	15.189,1	-5,2	-2,7
Outras receitas correntes	2.905,4	2.906,5	0,0	0,0
<b>Receita de capital</b>	<b>293,1</b>	<b>3.249,7</b>	<b>1.008,7</b>	<b>9,7</b>
<b>Receita efetiva</b>	<b>30.567,3</b>	<b>32.274,1</b>	<b>5,6</b>	
<b>Despesa corrente</b>	<b>36.881,8</b>	<b>37.584,4</b>	<b>1,9</b>	<b>1,8</b>
Despesas com o pessoal	8.055,3	6.937,6	-13,9	-2,8
Aquisição de bens e serviços	1.224,5	1.153,8	-5,8	-0,2
Juros e outros encargos	5.751,9	6.520,6	13,4	2,0
Transferências correntes	21.281,8	22.424,8	5,4	2,9
Administrações Públicas	19.139,8	20.395,3	6,6	3,2
Outras	2.141,9	2.029,5	-5,2	-0,3
Subsídios	158,8	160,8	1,3	0,0
Outras despesas correntes	409,6	386,9	-5,5	-0,1
<b>Despesa de capital</b>	<b>2.502,6</b>	<b>2.025,1</b>	<b>-19,1</b>	<b>-1,2</b>
Investimento	290,2	217,6	-25,0	-0,2
Transferências de capital	2.201,6	1.775,5	-19,4	-1,1
Administrações Públicas	1.526,9	1.690,4	10,7	0,4
Outras	674,7	85,1	-87,4	-1,5
Outras despesas de capital	10,8	32,0	196,4	0,1
<b>Despesa efetiva</b>	<b>39.384,4</b>	<b>39.609,5</b>	<b>0,6</b>	
<b>Saldo global</b>	<b>-8.817,1</b>	<b>-7.335,4</b>		
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	-6.607,6	-8.560,0		
Saldo de capital	-2.209,5	1.224,6		
Saldo primário	-3.065,2	-814,8		
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	2.000,7	9.448,2		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	17.213,0	20.579,0		

Fonte: Ministério das Finanças

Os valores constantes do presente quadro não excluem transferências intra-setoriais.

## 6 - Receita do Estado

### Receita do Estado (janeiro a outubro)

	Objetivo 2012 Orçamento Retificativo	2011	2012	2011	2012	VH (%)		Contrib. VH (pp)	
		Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2011	2012	2011	2012
<b>Receita fiscal</b>	<b>35.135,5</b>	<b>27.368,8</b>	<b>26.117,9</b>	<b>79,6</b>	<b>74,3</b>	<b>5,5</b>	<b>-4,6</b>	<b>5,0</b>	<b>-4,1</b>
Impostos Diretos	14.449,0	11.353,8	10.928,8	77,7	75,6	6,4	-3,7	2,3	-1,4
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	9.539,9	7.117,8	7.310,0	68,3	76,6	2,3	2,7	0,5	0,6
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Coletivas (IRC)	4.859,1	4.189,3	3.353,7	100,2	69,0	13,1	-19,9	1,7	-2,7
Outros	50,0	46,7	265,1	417,0	530,2	286,0	467,7	0,1	0,7
Impostos Indiretos	20.686,5	16.015,0	15.189,1	81,0	73,4	5,0	-5,2	2,6	-2,7
Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	2.261,0	1.947,8	1.787,7	81,4	79,1	-3,4	-8,2	-0,2	-0,5
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	14.503,0	10.715,9	10.501,3	80,6	72,4	10,1	-2,0	3,4	-0,7
Imposto sobre Veículos (ISV)	586,0	549,0	309,5	69,5	52,8	-19,7	-43,6	-0,5	-0,8
Imposto de consumo sobre o tabaco	1.482,6	1.218,6	1.104,9	90,3	74,5	1,5	-9,3	0,1	-0,4
Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas (IABA)	211,0	146,1	141,6	75,3	67,1	-3,1	-3,1	0,0	0,0
Imposto do selo	1.397,0	1.254,3	1.141,8	82,5	81,7	-3,0	-9,0	-0,1	-0,4
Imposto Único de Circulação (IUC)	187,0	142,0	162,5	88,8	86,9	14,3	14,4	0,1	0,1
Outros	58,9	41,3	39,8	54,2	67,6	-15,0	-3,6	0,0	0,0
<b>Receita não fiscal</b>	<b>6.910,8</b>	<b>3.198,5</b>	<b>6.156,2</b>	<b>58,0</b>	<b>89,1</b>	<b>4,6</b>	<b>92,5</b>	<b>0,5</b>	<b>9,7</b>
Correntes	3.570,2	2.905,4	2.906,5	68,4	81,4	14,6	0,0	1,3	0,0
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	529,7	371,3	388,0	63,5	73,2	97,9	4,5	0,6	0,1
Comparticipações para a ADSE	510,8	356,4	368,8	63,4	72,2	104,0	3,5	0,6	0,0
Outros	18,9	14,9	19,2	65,1	101,6	15,5	28,9	0,0	0,0
Taxas, Multas e Outras Penalidades	674,0	567,4	608,5	79,9	90,3	18,4	7,2	0,3	0,1
Taxas	374,3	296,5	302,4	73,2	80,8	19,6	2,0	0,2	0,0
Juros de mora e compensatórios	84,5	99,8	90,7	91,6	107,3	5,1	-9,1	0,0	0,0
Multas do Código da Estrada	90,6	70,6	76,6	121,9	84,5	102,3	8,5	0,1	0,0
Outras multas e penalidades diversas	124,6	100,5	138,8	73,0	111,4	-0,8	38,1	0,0	0,1
Rendimentos da Propriedade	457,9	253,2	238,3	62,7	52,0	-45,9	-5,9	-0,7	0,0
Juros	403,1	11,2	160,1	27,6	39,7	-8,2	1.329,5	0,0	0,5
Dividendos e participações nos lucros	52,4	240,2	77,2	66,4	147,3	-47,2	-67,9	-0,7	-0,5
Outros	2,4	1,8	1,0	90,0	41,7	12,5	-44,4	0,0	0,0
Transferências Correntes	956,9	856,3	688,2	52,9	71,9	18,6	-19,6	0,5	-0,5
Administrações públicas	838,0	807,5	631,8	55,0	75,4	30,3	-21,8	0,6	-0,6
Exterior	98,4	38,5	43,6	30,2	44,3	-58,5	13,2	-0,2	0,0
Outros	20,5	10,3	12,8	47,2	62,4	6,2	24,3	0,0	0,0
Venda de Bens e Serviços Correntes	407,2	349,9	380,7	87,7	93,5	5,1	8,8	0,1	0,1
Outras Receitas Correntes	304,2	305,0	416,0	107,0	136,8	161,1	36,4	0,6	0,4
Prémios e taxas por garantias de riscos	122,7	114,2	220,9	192,9	180,0	83,6	93,4	0,2	0,3
Outros	181,5	190,8	195,1	84,5	107,5	249,5	2,3	0,5	0,0
Recursos Próprios Comunitários	170,2	142,8	135,7	80,8	79,7	-4,7	-5,0	0,0	0,0
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	70,1	59,5	51,1	81,5	72,9	-24,0	-14,1	-0,1	0,0
Capital	3.340,6	293,1	3.249,7	23,2	97,3	-44,0	1.008,7	-0,8	9,7
Venda de Bens de Investimento	96,5	11,6	0,1	2,9	0,1	-51,5	-99,1	0,0	0,0
Transferências de Capital	2.802,5	49,1	2.792,4	37,3	99,6	-22,7	5.587,2	0,0	9,0
Administrações públicas	17,3	22,7	48,0	129,0	277,5	-5,8	111,5	0,0	0,1
Exterior	92,2	18,0	56,6	15,8	61,4	-49,7	214,4	-0,1	0,1
Outros	2.693,0	8,4	2.687,8	-	99,8	133,3	31.897,6	0,0	8,8
Outras Receitas de Capital	276,1	56,2	283,7	10,5	102,8	649,3	404,8	0,2	0,7
Saldo da Gerência Anterior	165,5	176,2	173,5	90,5	104,8	-58,8	-1,5	-0,9	0,0
<b>Receita efetiva</b>	<b>42.046,3</b>	<b>30.567,3</b>	<b>32.274,1</b>	<b>76,6</b>	<b>76,8</b>	<b>5,4</b>	<b>5,6</b>		
<i>Por memória:</i>									
Ativos Financeiros	1.625,0	330,1	408,5						
Alienação de partes sociais de empresas	1.600,0	0,0	160,0						
Outros ativos	25,0	330,1	248,5						
Passivos Financeiros	152.879,3	103.309,6	102.118,0						

Notas: Valores registados no Sistema Central de Receitas (SCR), sendo provisórios até ao encerramento das respetivas Contas Gerais do Estado.

As cobranças líquidas negativas, ou inferiores ao mês anterior, resultam de estornos ou de pagamentos de reembolso e/ou restituição.

Os valores constantes do presente quadro não excluem transferências intra-setoriais.

CGA - Caixa Geral de Aposentações; ADSE - Direcção Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública.

Fonte: Ministério das Finanças

## 7 - Despesa do Estado - Classificação Económica

### Despesa do Estado, por Classificação Económica (janeiro a outubro)

	Objetivo 2012 Orçamento Retificativo	2011		2012		VH (%)		Contrib. VH (pp)	
		Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2011	2012	2011	2012
		2011	2012	2011	2012				
<b>Despesa corrente</b>	<b>45.643,7</b>	<b>36.881,8</b>	<b>37.584,4</b>	<b>79,0</b>	<b>82,3</b>	<b>-4,2</b>	<b>1,9</b>	<b>-4,0</b>	<b>1,8</b>
Despesas com o pessoal	8.813,3	8.055,3	6.937,6	77,2	78,7	-10,5	-13,9	-2,3	-2,8
Remunerações Certas e Permanentes	6.831,2	6.213,7	5.338,6	78,6	78,2	-6,9	-14,1	-1,1	-2,2
Abonos Variáveis ou Eventuais	417,3	341,0	291,0	73,8	69,7	-17,3	-14,7	-0,2	-0,1
Segurança social	1.564,8	1.500,5	1.308,0	72,9	83,6	-21,8	-12,8	-1,0	-0,5
Aquisição de bens e serviços correntes	1.890,9	1.224,5	1.153,8	58,8	61,0	28,9	-5,8	0,7	-0,2
Juros e outros encargos	7.329,8	5.751,9	6.520,6	90,2	89,0	11,7	13,4	1,5	2,0
Transferências correntes	26.498,0	21.281,8	22.424,8	80,4	84,6	-6,5	5,4	-3,6	2,9
Administrações Públicas	24.087,6	19.139,8	20.395,3	81,2	84,7	-5,8	6,6	-2,9	3,2
Administração Central	15.264,1	11.922,7	12.928,8	80,1	84,7	-2,2	8,4	-0,7	2,6
Administração Regional	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-	-	-
Administração Local	1.796,4	1.603,6	1.509,6	84,0	84,0	-4,1	-5,9	-0,2	-0,2
Segurança Social	7.027,2	5.613,5	5.956,9	82,9	84,8	-13,0	6,1	-2,1	0,9
Outras transferências correntes	2.410,4	2.141,9	2.029,5	73,6	84,2	-12,1	-5,2	-0,7	-0,3
Subsídios	304,1	158,8	160,8	25,7	52,9	-51,5	1,3	-0,4	0,0
Outras despesas correntes	807,6	409,6	386,9	57,5	47,9	26,7	-5,5	0,2	-0,1
<b>Despesa corrente primária</b>	<b>38.313,9</b>	<b>31.130,0</b>	<b>31.063,9</b>	<b>77,2</b>	<b>81,1</b>	<b>-6,7</b>	<b>-0,2</b>	<b>-5,5</b>	<b>-0,2</b>
<b>Despesa de capital</b>	<b>2.678,0</b>	<b>2.502,6</b>	<b>2.025,1</b>	<b>71,9</b>	<b>75,6</b>	<b>6,8</b>	<b>-19,1</b>	<b>0,4</b>	<b>-1,2</b>
Investimento	496,2	290,2	217,6	42,6	43,9	-7,2	-25,0	-0,1	-0,2
Transferências de capital	2.171,9	2.201,6	1.775,5	79,1	81,7	9,2	-19,4	0,5	-1,1
Administrações Públicas	1.978,9	1.526,9	1.690,4	83,8	85,4	-18,7	10,7	-0,9	0,4
Administração Central	665,9	296,1	578,1	66,9	86,8	-49,6	95,2	-0,7	0,7
Administração Regional	565,8	591,7	513,7	98,6	90,8	-0,8	-13,2	0,0	-0,2
Administração Local	741,8	637,9	596,1	82,6	80,4	-7,6	-6,6	-0,1	-0,1
Segurança Social	5,5	1,1	2,4	17,2	44,5	-56,9	119,7	0,0	0,0
Outras transferências de capital	193,0	674,7	85,1	70,1	44,1	385,9	-87,4	1,3	-1,5
Outras despesas de capital	9,8	10,8	32,0	61,5	325,3	-20,1	196,4	0,0	0,1
<b>Despesa primária</b>	<b>40.991,8</b>	<b>33.632,5</b>	<b>33.088,9</b>	<b>76,8</b>	<b>80,7</b>	<b>-5,8</b>	<b>-1,6</b>	<b>-5,1</b>	<b>-1,4</b>
<b>Despesa efetiva</b>	<b>48.321,6</b>	<b>39.384,4</b>	<b>39.609,5</b>	<b>78,5</b>	<b>82,0</b>	<b>-3,6</b>	<b>0,6</b>		
<i>Por memória:</i>									
Despesas de anos anteriores	-	155,8	133,1						
Ativos financeiros	24.164,8	2.330,8	9.696,7						
Passivos financeiros	122.250,0	86.096,6	81.539,0						
Transf. para o Fundo de Regularização da Dívida Pública	1.600,0		760,0						

Nota: Os valores constantes do presente quadro não excluem transferências intra-setoriais.

## 8 - Despesa do Estado - Classificação Funcional

### Despesa do Estado, por classificação funcional (janeiro a outubro)

	2011	2012	2011	2012
	Milhões de Euros		Estrutura (%)	
<b>Funções Gerais de Soberania</b>	<b>5.221,5</b>	<b>4.583,1</b>	<b>13,3</b>	<b>11,6</b>
Serviços Gerais da Administração Pública	1.327,2	1.194,0	3,4	3,0
Defesa Nacional	1.411,2	1.196,9	3,6	3,0
Segurança e Ordem Públicas	2.483,2	2.192,3	6,3	5,5
<b>Funções Sociais</b>	<b>23.326,9</b>	<b>23.955,3</b>	<b>59,2</b>	<b>60,5</b>
Educação	6.249,0	5.453,7	15,9	13,8
Saúde	7.415,3	8.129,9	18,8	20,5
Segurança e Ação Sociais	9.286,1	9.707,7	23,6	24,5
Habituação e Serviços Colectivos	151,8	127,4	0,4	0,3
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	224,7	536,7	0,6	1,4
<b>Funções Económicas</b>	<b>1.185,7</b>	<b>686,6</b>	<b>3,0</b>	<b>1,7</b>
Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	363,0	334,3	0,9	0,8
Indústria e Energia	0,0		0,0	
Transportes e Comunicações	683,0	239,5	1,7	0,6
Comércio e Turismo				
Outras Funções Económicas	139,8	112,8	0,4	0,3
<b>Outras Funções</b>	<b>9.650,3</b>	<b>10.384,5</b>	<b>24,5</b>	<b>26,2</b>
Operações da Dívida Pública	5.751,0	6.496,1	14,6	16,4
Transferências entre Administrações Públicas	3.899,3	3.888,2	9,9	9,8
Diversas não especificadas		0,2		0,0
<b>Despesa Efetiva</b>	<b>39.384,4</b>	<b>39.609,5</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>Por memória:</i>				
Ativos financeiros	2.330,8	9.696,7		
Funções Gerais de Soberania	2.330,8	7.232,1		
Funções Sociais		93,6		
Funções Económicas		2.371,0		
Passivos financeiros e transferências para o FRDP	86.096,6	82.299,0		
Outras Funções	86.096,6	82.299,0		

Nota: FRDP - Fundo de Regularização da Dívida Pública

Os valores constantes do presente quadro não excluem transferências intra-setoriais.

Fonte: Ministério das Finanças

## 9 - Despesa do Estado Classificação Orgânica

Despesa do Estado, por Ministério e Classificação  
Económica (janeiro a outubro)

Milhões de Euros

	Encargos Gerais do Estado	Presidência do Conselho de Ministros	Finanças	Negócios Estrangeiros	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Economia e Emprego	Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	Saúde	Educação e Ciência	Solidariedade e Segurança Social	TOTAL
<b>Despesa corrente</b>	<b>1.324,3</b>	<b>147,9</b>	<b>13.061,8</b>	<b>245,7</b>	<b>1.160,6</b>	<b>1.340,1</b>	<b>867,3</b>	<b>103,2</b>	<b>333,6</b>	<b>7.659,2</b>	<b>5.445,4</b>	<b>5.895,4</b>	<b>37.584,4</b>
Despesas com o pessoal	30,6	66,9	350,0	102,8	895,0	1.133,8	724,5	59,4	115,7	37,7	3.409,0	12,3	6.937,6
Remunerações Certas e Permanentes	25,4	55,5	242,4	60,9	557,7	777,8	564,2	48,3	94,8	31,3	2.870,1	10,2	5.338,6
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,9	0,9	54,0	31,1	64,9	54,8	60,3	1,9	2,9	1,2	17,8	0,3	291,0
Segurança social	4,3	10,4	53,5	10,8	272,4	301,2	100,1	9,3	17,9	5,3	521,1	1,8	1.308,0
Aquisição de bens e serviços correntes	2,0	17,0	456,5	26,0	252,5	138,3	132,0	16,0	25,4	26,6	59,4	1,9	1.153,8
Aquisição de bens	0,2	1,5	5,5	0,2	90,2	36,0	46,4	1,8	3,7	1,5	35,6	0,2	222,8
Aquisição de serviços	1,9	15,5	451,0	25,8	162,3	102,3	85,6	14,2	21,8	25,2	23,7	1,7	931,0
Juros e outros encargos	0,0	0,0	6.519,9	0,2	0,0	0,3		0,0	0,1	0,0		0,0	6.520,6
Transferências correntes	1.291,6	61,9	5.572,1	105,0	12,0	66,7	9,5	27,6	190,9	7.594,8	1.611,4	5.881,2	22.424,8
Administrações Públicas	1.291,2	44,8	3.999,8	34,6	5,4	64,6	7,5	25,9	184,5	7.591,8	1.265,9	5.879,2	20.395,3
Administração Central	77,5	44,8	3.989,1	34,6	5,4	63,4	7,5	22,5	183,4	7.591,8	908,2	0,6	12.928,8
Administração Regional													
Administração Local	1.213,7	0,0				1,2			1,1		293,6		1.509,6
Segurança Social			10,7		0,0			3,4			64,2	5.878,6	5.956,9
Outras transferências correntes	0,4	17,0	1.572,3	70,4	6,6	2,1	2,0	1,7	6,4	3,0	345,5	2,0	2.029,5
Subsídios	0,0	2,0	158,7		0,1								160,8
Outras despesas correntes	0,0	0,2	4,6	11,7	1,0	1,0	1,2	0,1	1,5	0,0	365,6	0,0	386,9
<b>Despesa de capital</b>	<b>1.100,3</b>	<b>9,3</b>	<b>430,4</b>	<b>1,8</b>	<b>98,2</b>	<b>20,5</b>	<b>6,6</b>	<b>39,4</b>	<b>68,2</b>	<b>4,3</b>	<b>243,3</b>	<b>2,9</b>	<b>2.025,1</b>
Investimento	0,0	4,2	5,2	1,7	98,1	19,0	6,6	0,8	25,9	0,1	55,5	0,4	217,6
Transferências de capital	1.100,2	5,1	425,2	0,1	0,1	1,5	0,0	38,6	42,2	4,2	155,8	2,4	1.775,5
Administrações Públicas	1.100,2	4,1	348,3	0,1	0,1	1,5		32,5	41,9	4,2	155,1	2,4	1.690,4
Administração Central	3,4	3,5	348,3	0,1	0,1	0,3		32,5	41,9	4,2	143,8		578,1
Administração Regional	513,7												513,7
Administração Local	583,1	0,5				1,2					11,3		596,1
Segurança Social												2,4	2,4
Outras transferências de capital		1,0	76,9				0,0	6,1	0,4		0,7		85,1
Outras despesas de capital									0,0		32,0		32,0
<b>Despesa efetiva</b>	<b>2.424,6</b>	<b>157,3</b>	<b>13.492,2</b>	<b>247,5</b>	<b>1.258,8</b>	<b>1.360,5</b>	<b>873,9</b>	<b>142,5</b>	<b>401,7</b>	<b>7.663,5</b>	<b>5.688,7</b>	<b>5.898,3</b>	<b>39.609,5</b>
<i>Por memória:</i>													
Ativos financeiros			9.696,7										9.696,7
Passivos financeiros			81.539,0										81.539,0
Transf. para o Fundo de Regularização da Dívida Pública			760,0										760,0

Nota: Os valores constantes do presente quadro não excluem transferências intra-setoriais.

Fonte: Ministério das Finanças

## 9 - Despesa do Estado Classificação Orgânica

Despesa do Estado, por Ministério e Classificação  
Económica (janeiro a outubro)

	VH (%)												
	Encargos Gerais do Estado	Presidência do Conselho de Ministros	Finanças	Negócios Estrangeiros	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Economia e Emprego	Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	Saúde	Educação e Ciência	Solidariedade e Segurança Social	TOTAL
<b>Despesa corrente</b>	<b>-7,0</b>	<b>-37,3</b>	<b>9,8</b>	<b>-8,3</b>	<b>-15,1</b>	<b>-9,7</b>	<b>-14,7</b>	<b>-18,5</b>	<b>-7,3</b>	<b>12,2</b>	<b>-12,9</b>	<b>4,9</b>	<b>1,9</b>
Despesas com o pessoal	-10,8	-38,1	-16,0	-18,9	-15,5	-8,9	-8,4	-15,4	-16,0	-15,2	-14,9	-19,1	-13,9
Remunerações Certas e Permanentes	-10,4	-40,2	-10,5	-17,3	-15,1	-10,9	-11,3	-14,7	-16,1	-13,8	-14,7	-17,5	-14,1
Abonos Variáveis ou Eventuais	-19,2	-66,1	-11,4	-21,6	-23,6	-4,1	-2,7	-34,8	-17,9	-11,2	-26,1	-55,7	-14,7
Segurança social	-11,0	-15,4	-37,0	-19,6	-14,0	-4,2	7,7	-14,1	-15,2	-23,6	-16,0	-17,9	-12,8
Aquisição de bens e serviços correntes	-16,2	-41,2	-3,9	-10,0	-12,7	6,0	-4,9	-20,7	-13,0	-8,9	19,5	-10,7	-5,8
Aquisição de bens	-19,2	-60,6	-13,2	-63,7	-25,6	-4,4	7,2	-10,0	-28,5	-33,9	32,2	-18,7	-10,8
Aquisição de serviços	-15,9	-38,2	-3,8	-8,7	-3,4	10,2	-10,4	-21,9	-9,7	-6,8	4,3	-9,8	-4,5
Juros e outros encargos	-3,5	-	13,4	-12,8	1.206,0	573,8	-	-75,5	-64,2	-96,2	-	-	13,4
Transferências correntes	-6,9	-35,6	9,4	5,0	-35,9	-32,4	-88,9	-22,9	-0,7	12,4	-11,2	4,9	5,4
Administrações Públicas	-6,9	-23,7	9,0	3,9	-21,7	-32,4	-90,6	-19,8	1,3	12,5	1,9	5,0	6,6
Administração Central	-16,3	-23,4	9,1	3,9	-22,3	-23,9	-90,6	-30,3	1,7	12,5	-4,1	-5,1	8,4
Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração Local	-6,2	-83,3	-	-	-	-90,4	-	-	-20,6	-	-0,7	-	-5,9
Segurança Social	-	-	-9,6	-	744,6	-	-	-	-100,0	-	-	5,0	6,1
Outras transferências correntes	2,7	-54,4	10,4	5,6	-44,2	-31,0	-61,3	-51,9	-36,2	-38,9	-39,7	-20,1	-5,2
Subsídios	-60,0	-26,8	1,7	-100,0	-	-	-	-	-	-	-100,0	-	1,3
Outras despesas correntes	-3,4	36,5	91,6	-2,5	46,5	-90,6	9,6	-45,1	243,4	35,0	-4,4	69,0	-5,5
<b>Despesa de capital</b>	<b>-10,0</b>	<b>-30,8</b>	<b>-34,1</b>	<b>-16,6</b>	<b>-43,2</b>	<b>6,2</b>	<b>-8,5</b>	<b>-45,1</b>	<b>-32,7</b>	<b>-55,2</b>	<b>6,7</b>	<b>81,4</b>	<b>-19,1</b>
Investimento	-78,0	-38,3	-64,5	-16,9	-42,9	12,7	-8,7	-48,1	-6,3	-84,5	37,6	-9,9	-25,0
Transferências de capital	-10,0	-23,1	-33,4	-9,3	-88,4	-39,6	162,5	-45,1	-42,6	-53,4	-11,9	119,7	-19,4
Administrações Públicas	-10,0	15,2	2.054.182,3	-9,3	-88,4	-39,2	-	-17,4	-42,7	-53,4	-11,5	119,7	10,7
Administração Central	-42,1	66,0	2.054.182,3	-9,3	-88,4	-23,1	-	-17,4	-42,5	-53,4	-13,0	-	95,2
Administração Regional	-13,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-13,2
Administração Local	-6,6	-62,0	-	-	-	-42,3	-	-	-100,0	-	14,4	-	-6,6
Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	119,7	119,7
Outras transferências de capital	-	-67,1	-88,0	-	-	-100,0	162,5	-80,3	-11,2	-	-57,8	-	-87,4
Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-90,6	-	197,5	-	196,4
<b>Despesa efetiva</b>	<b>-8,4</b>	<b>-36,9</b>	<b>7,5</b>	<b>-8,3</b>	<b>-18,3</b>	<b>-9,4</b>	<b>-14,6</b>	<b>-28,1</b>	<b>-12,9</b>	<b>12,1</b>	<b>-12,3</b>	<b>4,9</b>	<b>0,6</b>
<i>Por memória:</i>													
Ativos financeiros													
Passivos financeiros													
Transf. para o Fundo de Regularização da Dívida Pública													

Nota: Os valores constantes do presente quadro não  
exluem transferências intra-setoriais.

Fonte: Ministério das Finanças

# 10 - Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

## Execução Orçamental Consolidada dos Serviços e Fundos Autónomos (janeiro a outubro)

	2012		2010	2011	2012			2011	2012			SFA	SFA
	Objetivo 2012 O.Rectificativo - SFA	Objetivo 2012 O.Rectificativo - SFA e EPR	SFA	SFA	SFA	EPR	TOTAL	SFA	SFA	EPR	TOTAL		
	Milhões de Euros							Grau de Execução (%)			VH %		
<b>Receita corrente</b>	<b>22.945,9</b>	<b>25.655,5</b>	<b>18.320,5</b>	<b>18.279,3</b>	<b>18.702,6</b>	<b>1.917,2</b>	<b>20.551,6</b>	<b>75,3</b>	<b>81,5</b>	<b>68,6</b>	<b>80,3</b>	<b>2,3</b>	<b>2,2</b>
Receita Fiscal	377,2	1.097,2	321,2	326,9	328,3	565,9	894,2	80,3	91,8	78,6	81,5	0,4	0,0
Impostos diretos	19,7	19,7	20,5	19,6	22,3	0,0	22,3	100,0	113,1	-	113,1	13,6	0,0
Impostos indiretos	357,5	1.077,5	300,7	307,3	306,0	565,9	871,9	79,4	85,6	78,6	80,9	-0,4	0,0
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	3.470,0	3.470,0	3.291,7	3.086,2	2.761,3	0,0	2.761,3	74,4	79,6	-	79,6	-10,5	-1,7
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.353,5	1.730,6	1.044,9	1.051,3	1.024,2	228,7	1.252,9	69,1	75,7	60,5	72,4	-2,6	-0,1
Transferências Correntes	16.598,8	17.391,0	13.058,0	13.047,6	13.738,6	641,4	14.308,6	78,2	91,9	81,0	82,6	5,3	3,5
Outros subsectores das Administrações Públicas	15.965,7	16.382,0	12.789,0	12.629,2	13.280,6	410,4	13.619,7	78,7	83,2	98,6	83,4	5,2	3,3
União Europeia	486,3	850,7	152,6	291,6	331,1	224,2	555,3	63,4	68,1	61,5	65,3	13,6	0,2
Outras transferências	146,8	158,3	116,5	126,8	126,8	6,8	133,5	70,3	86,3	59,1	84,4	-0,1	0,0
Outras Receitas Correntes	1.146,4	1.966,6	604,7	767,2	850,3	481,2	1.334,7	50,9	74,2	53,3	67,9	10,8	0,4
<b>Receita de capital</b>	<b>1.816,8</b>	<b>2.531,9</b>	<b>973,3</b>	<b>1.362,0</b>	<b>884,6</b>	<b>509,0</b>	<b>1.387,4</b>	<b>67,2</b>	<b>48,7</b>	<b>70,2</b>	<b>54,8</b>	<b>-35,1</b>	<b>-2,4</b>
Venda de bens de investimento	19,3	51,8	31,9	15,7	3,4	4,1	7,6	23,6	17,7	12,8	14,6	-78,2	-0,1
Transferências de capital	1.795,2	2.458,0	940,7	1.346,0	881,0	503,7	1.378,4	68,8	51,9	76,0	56,1	-34,5	-2,4
Outros subsectores das Administrações Públicas	332,7	727,4	594,4	303,0	222,1	365,1	581,0	62,2	66,8	92,5	79,9	-26,7	-0,4
União Europeia	881,0	1.149,1	330,7	437,2	547,2	137,2	684,4	52,6	62,1	51,2	59,6	25,2	0,6
Outras transferências	581,5	581,5	15,6	605,8	111,7	1,4	113,1	94,8	19,2	-	19,5	-81,6	-2,5
Outras Receitas de Capital	2,3	22,1	0,7	0,3	0,2	1,1	1,4	8,7	0,2	3,8	6,2	-22,1	0,0
<b>Receita efetiva</b>	<b>24.762,7</b>	<b>28.187,3</b>	<b>19.293,8</b>	<b>19.641,3</b>	<b>19.587,2</b>	<b>2.426,2</b>	<b>21.938,9</b>	<b>74,7</b>	<b>79,1</b>	<b>69,0</b>	<b>78,0</b>	<b>-0,3</b>	<b>-0,3</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>22.546,7</b>	<b>25.385,9</b>	<b>17.506,7</b>	<b>17.390,0</b>	<b>17.899,9</b>	<b>1.889,5</b>	<b>19.721,2</b>	<b>72,0</b>	<b>79,4</b>	<b>64,6</b>	<b>77,7</b>	<b>2,9</b>	<b>2,8</b>
Despesas com o pessoal	2.597,3	3.283,4	2.081,5	2.231,9	1.936,6	549,3	2.485,8	71,2	74,6	80,1	75,7	-13,2	-1,6
Aquisição de bens e serviços	9.395,5	10.189,8	6.958,1	6.566,5	7.528,6	517,8	8.046,4	73,0	80,1	65,2	79,0	14,7	5,2
Juros e outros encargos	19,0	1.147,6	9,8	8,1	37,1	542,1	579,2	19,4	195,7	48,0	50,5	358,4	0,2
Transferências correntes	9.594,7	9.617,8	8.050,9	8.175,9	7.844,7	25,3	7.826,7	73,3	81,8	109,4	81,4	-4,1	-1,8
Outros subsectores das Administrações Públicas	706,5	706,5	545,5	565,5	510,0	3,9	470,5	46,3	72,2	-	66,6	-9,8	-0,3
Outras transferências	8.888,2	8.911,4	7.505,4	7.610,5	7.334,7	21,5	7.356,2	76,6	82,5	92,6	82,5	-3,6	-1,5
Subsídios	619,5	649,3	358,8	370,1	326,1	21,8	347,8	53,6	52,6	73,0	53,6	-11,9	-0,2
Outras despesas correntes	320,6	497,9	47,6	37,5	226,8	233,2	435,2	30,0	70,7	89,1	87,4	505,3	1,0
<b>Despesa de capital</b>	<b>1.218,8</b>	<b>2.998,1</b>	<b>826,8</b>	<b>942,1</b>	<b>636,6</b>	<b>1.195,0</b>	<b>1.825,3</b>	<b>48,0</b>	<b>52,2</b>	<b>66,8</b>	<b>60,9</b>	<b>-32,4</b>	<b>-1,7</b>
Investimento	451,3	2.240,7	170,4	203,6	191,0	1.194,6	1.385,5	27,9	42,3	66,8	61,8	-6,2	-0,1
Transferências de capital	738,1	738,1	619,0	713,0	441,4	0,4	432,2	59,2	59,8	11.014,4	58,5	-38,1	-1,5
Outros subsectores das Administrações Públicas	69,8	69,8	75,7	52,1	63,4	0,0	53,8	44,4	90,9	-	77,1	21,6	0,1
Outras transferências	668,3	668,3	543,3	660,8	378,0	0,4	378,4	60,9	56,6	10.981,0	56,6	-42,8	-1,5
Outras despesas de capital	29,5	19,3	37,3	25,4	4,2	0,0	7,6	83,6	14,3	-	39,7	-83,4	-0,1
<b>Despesa efetiva</b>	<b>23.765,5</b>	<b>28.384,0</b>	<b>18.333,4</b>	<b>18.332,1</b>	<b>18.536,5</b>	<b>3.084,5</b>	<b>21.546,5</b>	<b>70,2</b>	<b>78,0</b>	<b>65,4</b>	<b>75,9</b>	<b>1,1</b>	<b>1,1</b>
<b>Saldo global</b>	<b>997,2</b>	<b>-196,6</b>	<b>960,4</b>	<b>1.309,2</b>	<b>1.050,7</b>	<b>-658,3</b>	<b>392,4</b>						
<i>Por memória:</i>													
Despesas de anos anteriores			845,6	1047,3	1.031,0	268,9	1.299,9						
Despesa primária	23.746,6	27.236,3	18.323,7	18.324,0	18.499,3	2.542,4	20.967,3						
Saldo primário	1.016,2	951,0	970,1	1.317,3	1.087,8	-116,2	971,6						
Saldo corrente	399,3	269,6	813,8	889,3	802,7	27,7	830,4						
Saldo de capital	597,9	-466,2	146,5	419,9	248,0	-686,0	-438,0						
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	1.099,0	799,9	244,4	695,4	298,7	-19,5	279,2						
<i>dos quais Receitas de:</i>													
Alienação de partes de Capital	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0						
Outros Ativos	1.099,0	1.398,1	400,8	1.922,1	2.303,5	98,4	2.401,8						
Passivos financeiros líquidos de amortizações	134,4	1.080,5	-9,9	15,2	11,3	753,3	764,7						
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior			706,1	628,9	811,7	114,5	926,2						

Nota: As diferenças de consolidação são imputadas a outras receitas e/ou despesas correntes e de capital.

Organismos com execução orçamental em falta:

**2011**

UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, I.P

**2012**

PARUPS, S.A., PARVALOREM, S.A., Tapada Nacional de Mafra - Centro Turístico, Cinegético e de Educação Ambiental, CIRPL, Empresa de Meios Aéreos, SA, Centro de Histocompatibilidade do Sul

## 11 - Execução Orçamental da Caixa Geral de Aposentações

Execução Orçamental da Caixa Geral de Aposentações (janeiro a outubro)

€ Milhões

	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	Contrib. VH (pp)
	Objetivo 2012 O.Rectificativo	Execução		Grau de Execução (%)		VH (%)		
<b>Receita corrente</b>	<b>7.838,7</b>	<b>6.861,2</b>	<b>6.675,6</b>	<b>78,1</b>	<b>85,2</b>	<b>3,9</b>	<b>-2,7</b>	<b>-2,5</b>
Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	3.464,3	3.081,9	2.757,2	74,4	79,6	-6,3	-10,5	-4,4
Quotas e contribuições para a CGA	2.900,5	2.638,7	2.351,8	78,4	81,1	-2,8	-10,9	-3,8
Compensação por pagamento de pensões	560,9	443,2	405,4	57,0	72,3	-22,8	-8,5	-3,0
Subsectores das Administrações Públicas	509,2	405,0	387,5	74,2	76,1	0,6	-4,3	-0,2
Outras entidades	51,7	38,2	17,9	16,5	34,6	-77,7	-53,1	-0,3
Transferências Correntes	4.223,9	3.651,7	3.799,4	81,7	90,0	12,1	4,0	2,0
Orçamento do Estado	4.216,9	3.640,0	3.790,7	81,8	89,9	11,9	4,1	2,0
Comparticipação do Orçamento do Estado	3.971,0	3.440,0	3.579,9	81,9	90,2	12,8	4,1	1,9
Compensação por pagamento de pensões	245,9	200,0	210,8	79,9	85,7	-1,6	5,4	0,1
Deficientes das Forças Armadas / Invalidez	171,8	131,3	137,6	78,6	80,1	-1,6	4,8	0,1
Subvenções vitalícias	7,9	6,4	5,3	83,8	66,9	-15,4	-18,0	0,0
Pensões de preço de sangue	28,9	25,3	24,1	79,8	83,3	-1,9	-4,7	0,0
Outras	37,3	37,1	43,8	84,4	117,5	1,9	18,3	0,1
Adicional ao IVA	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-	-
Outras transferências correntes	7,0	11,7	8,8	65,2	125,4	128,1	-24,7	0,0
Outras receitas correntes	150,5	127,6	118,9	74,0	79,0	124,0	-6,8	-0,1
<b>Receita de capital</b>	<b>563,1</b>	<b>594,2</b>	<b>96,8</b>	<b>95,6</b>	<b>17,2</b>	-	<b>-83,7</b>	<b>-6,7</b>
Transferências de Capital	563,1	594,2	96,8	95,6	17,2	-	-83,7	-6,7
Outras entidades	563,1	594,2	96,8	95,6	17,2	-	-83,7	-6,7
<b>Receita Efectiva</b>	<b>8.401,8</b>	<b>7.455,4</b>	<b>6.772,4</b>	<b>79,2</b>	<b>80,6</b>	<b>12,9</b>	<b>-9,2</b>	<b>-9,2</b>
<b>Despesa Corrente</b>	<b>8.019,3</b>	<b>6.891,1</b>	<b>6.588,2</b>	<b>78,9</b>	<b>82,2</b>	<b>3,5</b>	<b>-4,4</b>	<b>-4,3</b>
Despesas com o pessoal	8,2	6,0	5,7	78,2	69,0	4,7	-6,0	0,0
Aquisição de bens e serviços	32,7	19,3	18,2	46,4	55,6	-6,3	-5,8	0,0
Juros e outros encargos	4,3	1,0	0,4	4,5	10,1	-73,7	-55,4	0,0
Transferências	7.970,8	6.863,2	6.563,0	79,3	82,3	3,6	-4,4	-4,3
Pensões e abonos da responsabilidade de:								
Caixa Geral de Aposentações	7.170,2	6.186,4	5.916,7	79,4	82,5	5,6	-4,4	-3,8
Orçamento do Estado	238,4	192,0	199,8	79,3	83,8	-2,1	4,1	0,1
Outras entidades	560,9	484,7	446,0	77,8	79,5	-15,1	-8,0	-0,5
Outras transferências correntes	1,3	0,2	0,5	14,1	39,2	25,6	177,1	-
Outras despesas correntes	3,3	1,6	0,9	70,1	26,4	91,6	-45,7	0,0
<b>Despesa de Capital</b>	<b>0,0</b>	<b>144,2</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Despesa efectiva</b>	<b>8.019,3</b>	<b>7.035,3</b>	<b>6.588,2</b>	<b>79,3</b>	<b>82,2</b>	<b>5,7</b>	<b>-6,4</b>	<b>-6,4</b>
<b>Saldo global</b>	<b>382,5</b>	<b>420,1</b>	<b>184,1</b>					
<i>Por memória:</i>								
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	382,5	471,6	35,3					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0	0,0					
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	0,0	-51,5	148,8					

Fonte: Ministério das Finanças

## 12 - Indicadores Físicos do Sistema de Protecção Social da Função Pública

### Pensionistas

	Número					VH (%)					Valor médio pago por pensionista (€)	VH (%)	
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Abonos abatidos de Aposentação / Reforma	Total de Pensionistas	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Abonos abatidos de Aposentação / Reforma	Total de Pensionistas			
<b>2011</b>													
outubro	375.203	75.065	137.932	812	588.200	3,7	-0,4	0,9	-8,8	2,5	1.083,7	0,9	
novembro	376.382	75.376	138.332	831	590.090	3,6	0,1	1,1	6,3	2,6	2.079,8	-1,1	
dezembro	377.747	75.382	138.648	896	591.777	3,5	0,1	1,1	12,7	2,5	1.087,1	1,4	
<b>2012</b>													
janeiro	378.477	75.381	138.644	912	592.502	3,3	0,1	1,1	-3,3	2,3	1.074,8	1,9	
fevereiro	379.557	75.384	138.827	1.065	593.768	3,3	0,2	1,2	6,8	2,4	1.080,9	1,6	
março	380.009	75.439	139.183	1.072	594.631	3,2	0,2	1,4	4,3	2,4	1.083,2	1,7	
abril	380.486	75.467	139.319	1.281	595.272	3,0	0,4	1,4	22,5	2,3	1.078,8	0,2	
maio	381.329	75.435	139.536	1.070	596.300	2,9	0,4	1,5	15,3	2,2	1.078,8	0,6	
junho	382.265	75.476	139.869	977	597.610	2,8	0,6	1,6	17,4	2,2	1.080,4	1,1	
julho	383.153	75.502	140.055	849	598.710	2,7	0,6	1,6	8,8	2,2	1.269,3	-39,1	
agosto	384.236	75.505	140.413	741	600.154	2,8	0,6	1,7	-6,7	2,3	1.077,3	0,6	
setembro	385.392	75.465	140.308	920	601.165	2,9	0,6	1,7	15,7	2,3	1.076,2	-0,2	
outubro	386.355	75.419	140.373	832	602.147	3,0	0,5	1,8	2,5	2,4	1.085,6	0,2	

### Novos Pensionistas de Aposentação / Reforma

	Número						VH do Total (%)	Pensão Média Nova (€)	VH (%)	Subscritores		
	Administr. Central	Administr. Regional	Administr. Local	Militares e forças Segurança	Outros	Total				Número	VH (%)	
<b>2011</b>												
outubro	741	51	182	228	293	1.495	-5,4	1.342	-2,5	563.589	-4,7	
novembro	764	43	158	117	1.239	2.321	11,6	1.233	3,1	561.570	-4,7	
dezembro	1.315	100	258	138	456	2.267	-9,9	1.379	12,1	559.164	-4,6	
<b>2012</b>												
janeiro	1.031	67	181	156	206	1.641	-34,3	1.483	9,1	556.738	-4,6	
fevereiro	1.437	58	223	131	299	2.148	13,1	1.479	-3,4	555.064	-4,5	
março	799	59	252	209	260	1.579	-7,0	1.312	-1,9	550.279	-5,0	
abril	574	49	223	416	524	1.786	-22,5	1.179	2,9	548.983	-4,9	
maio	570	56	205	437	613	1.881	-14,7	1.059	-5,1	547.338	-4,9	
junho	680	82	259	308	625	1.954	1,3	1.024	-10,0	545.729	-4,8	
julho	556	59	549	315	284	1.763	-7,0	1.125	-5,3	544.153	-4,8	
agosto	428	46	742	273	338	1.827	21,2	1.047	-19,9	542.325	-4,8	
setembro	752	57	473	359	395	2.036	27,5	1.202	-14,1	537.842	-4,9	
outubro	891	38	219	311	290	1.749	17,0	1.379	2,8	n.d.	-	

Fonte: Caixa Geral de Aposentações, I.P.

## 13 - Programas Orçamentais -Administração Central

Execução dos Programas Orçamentais (janeiro a outubro) (1)			€ Milhões
Designação	2012		Grau de Execução (%)
	Dotação Corrigida	Executado	
Orgãos de Soberania	2.978,1	2.517,1	84,5
Governança e Cultura	789,2	519,2	65,8
Finanças e Administração Pública	17.209,3	13.760,1	80,0
Gestão da Dívida Pública	7.419,0	6.548,9	88,3
Representação Externa	391,9	291,4	74,4
Defesa	2.165,2	1.357,6	62,7
Segurança Interna	2.010,7	1.465,9	72,9
Justiça	1.677,6	1.218,3	72,6
Economia e Emprego	4.301,4	2.901,7	67,5
Agricultura, Mar e Ambiente	2.146,8	1.306,7	60,9
Saúde	19.139,3	15.861,8	82,9
Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar	6.175,5	5.050,9	81,8
Ciência e Ensino Superior	3.508,5	2.664,6	75,9
Solidariedade e Segurança Social	7.328,8	6.093,8	83,1
<b>Despesa efetiva</b>	<b>77.241,2</b>	<b>61.558,0</b>	<b>79,7</b>

Nota: (1) Valores não consolidados - não são excluídas transferências intra e inter-setoriais.

Fonte: Ministério das Finanças

## 14 - Execução Financeira Consolidada do Serviço Nacional de Saúde

Execução Financeira Consolidada do Serviço Nacional de Saúde - Ótica de Compromissos (janeiro a outubro)				€ Milhões
	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (pp)
	Milhões de Euros			
Subsídio de investimento	14,4	25,4	76,4	0,2
Prestação de serviços	81,9	125,5	53,2	0,6
Próprio ano	38,6	74,7	93,5	0,5
Anos anteriores	43,3	50,8	17,3	0,1
Transferências correntes obtidas (Orçamento Estado)	6.749,2	7.595,8	12,5	12,1
Transferências correntes obtidas da Administração Local	27,9	29,6	6,1	0,0
Outros proveitos operacionais	11,1	8,1	-27,0	0,0
Próprio ano	7,4	6,1	-17,6	0,0
Anos anteriores	3,7	2,0	-45,9	0,0
Proveitos e ganhos financeiros	<b>0,3</b>	<b>0,9</b>	200,0	0,0
Próprio ano	0,3	0,8	166,7	0,0
Anos anteriores	0,0	0,1		
Outras receitas	87,5	100,1	14,4	0,2
Próprio ano (inclui rec. SNS)	85,0	96,6	13,6	0,2
Anos anteriores	2,5	3,5	40,0	0,0
<b>Receita cobrada</b>	<b>6.972,3</b>	<b>7.885,4</b>	<b>13,1</b>	
Despesas com o pessoal	777,9	681,0	-12,5	-1,3
Compras	83,5	86,1	3,1	0,0
Fornecimentos e serviços	156,0	163,9	5,1	0,1
Subcontratos	5.995,3	5.672,4	-5,4	-4,5
Produtos vendidos em farmácias	1.158,5	1.046,0	-9,7	-1,6
Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	601,7	543,7	-9,6	-0,8
Outros subcontratos	446,8	530,4	18,7	1,2
Outros serviços de saúde - Hospitais EPE	3.788,3	3.552,3	-6,2	-3,3
Imobilizações	69,8	52,4	-24,9	-0,2
Outras despesas exercício (inclui as Outras despesas do SNS)	112,8	62,5	-44,6	-0,7
<b>Despesa paga do ano e de anos anteriores</b>	<b>7.195,3</b>	<b>6.718,3</b>	<b>-6,6</b>	
<b>Saldo</b>	<b>-223,0</b>	<b>1.167,1</b>		

Nota: As rubricas de Farmácias e Contrato Programa EPE correspondem à despesa total do ano.

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

## 15 - Execução Orçamental da Segurança Social

### Execução Orçamental da Segurança Social (janeiro a outubro)

€ Milhões

	Objetivo Orçamento Retificativo	2010	2011	2012	2011	2012	VH (%)		Contrib. VH (pp)
		Milhões de Euros			Grau de Execução (%)		2011	2012	
<b>Receita corrente</b>	<b>24.114,1</b>	<b>19.577,3</b>	<b>19.588,9</b>	<b>19.488,2</b>	<b>81,6</b>	<b>80,8</b>	<b>0,1</b>	<b>-0,5</b>	<b>-0,5</b>
Contribuições e quotizações	13.592,0	10.999,1	11.272,1	10.729,6	80,0	78,9	2,5	-4,8	-2,8
IVA Social e do Plano de Emergência Social	948,8	581,5	596,0	664,1	83,3	70,0	2,5	11,4	0,3
Transferências correntes da Administração Central	7.180,4	6.570,2	5.732,1	6.033,1	82,6	84,0	-12,8	5,2	1,5
Financiamento da Lei de Bases da Segurança Social	6.457,2	6.439,1	5.601,1	5.472,4	83,3	84,7	-13,0	-2,3	-0,7
Transferências do Fundo Social Europeu	1.371,1	722,7	1.134,7	1.170,7	84,3	85,4	57,0	3,2	0,2
Outras receitas correntes	1.021,7	703,9	854,0	890,7	94,7	87,2	21,3	4,3	0,2
<b>Receita de capital</b>	<b>26,3</b>	<b>26,1</b>	<b>3,2</b>	<b>4,6</b>	<b>7,7</b>	<b>17,6</b>	<b>-87,5</b>	<b>42,5</b>	<b>0,0</b>
Venda de Bens de Investimento	20,0	23,4	2,1	2,2	15,1	10,9	-90,8	1,9	0,0
Transferências do Orçamento de Estado	6,2	2,6	1,1	2,4	15,1	38,9	-56,9	119,7	0,0
Outras receitas de capital	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	122,1	-100,0	-	-
<b>Receita Efetiva</b>	<b>24.140,3</b>	<b>19.603,4</b>	<b>19.592,2</b>	<b>19.492,9</b>	<b>81,5</b>	<b>80,7</b>	<b>-0,1</b>	<b>-0,5</b>	<b>-0,5</b>
<b>Despesa Corrente</b>	<b>24.045,7</b>	<b>18.584,0</b>	<b>18.536,9</b>	<b>19.234,9</b>	<b>78,5</b>	<b>80,0</b>	<b>-0,3</b>	<b>3,8</b>	<b>3,8</b>
Prestações Sociais	21.007,8	16.723,9	16.521,3	17.028,4	78,7	81,1	-1,2	3,1	2,7
Pensões	14.473,0	10.980,2	11.324,6	11.486,8	78,0	79,4	3,1	1,4	0,9
Sobrevivência	1.876,6	1.592,4	1.533,1	1.578,6	77,9	84,1	-3,7	3,0	0,2
Invalidez	1.356,5	1.105,5	1.098,7	1.093,5	78,0	80,6	-0,6	-0,5	0,0
Velhice	11.210,0	8.257,6	8.663,6	8.781,7	78,0	78,3	4,9	1,4	0,6
Beneficiários dos antigos combatentes	30,0	24,7	29,3	33,0	0,0	110,0	18,7	12,7	0,0
Subsídio familiar a crianças e jovens	655,6	841,7	563,1	556,6	82,6	84,9	-33,1	-1,2	0,0
Subsídio por doença	426,5	377,2	369,9	346,3	81,5	81,2	-1,9	-6,4	-0,1
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	2.184,8	1.874,9	1.719,4	2.122,2	81,0	97,1	-8,3	23,4	2,2
Complemento Solidário para Idosos	274,5	220,4	229,8	227,0	83,1	82,7	4,3	-1,2	0,0
Outras prestações	776,9	672,8	694,9	693,0	81,2	89,2	3,3	-0,3	0,0
Ação social	1.846,5	1.308,6	1.272,4	1.266,3	76,5	68,6	-2,8	-0,5	0,0
Rendimento Social de Inserção	370,0	448,2	347,2	330,3	82,7	89,3	-22,5	-4,9	-0,1
Pensão velhice do regime substitutivo dos bancários	522,0	0,0	0,0	406,2	0,0	77,8	-	-	-
Administração	338,5	300,5	261,1	229,9	69,0	67,9	-13,1	-12,0	-0,2
Outras despesas correntes	585,0	566,7	543,1	512,7	84,3	87,6	-4,2	-5,6	-0,2
<i>dos quais:</i>									
Transferências e subsídios correntes	582,5	566,7	543,1	512,7	84,3	88,0	-4,2	-5,6	-0,2
Ações de Formação Profissional	1.592,4	992,9	1.211,3	1.057,8	75,8	66,4	22,0	-12,7	-0,8
<i>dos quais:</i>									
Com suporte no Fundo Social Europeu	1.382,3	802,4	1.014,7	922,4	74,2	66,7	26,5	-9,1	-0,5
<b>Despesa de Capital</b>	<b>31,8</b>	<b>17,9</b>	<b>16,4</b>	<b>21,2</b>	<b>35,4</b>	<b>66,7</b>	<b>-8,8</b>	<b>29,7</b>	<b>0,0</b>
PIDDAC	6,2	6,9	0,8	1,5	11,2	24,8	-88,1	87,5	0,0
Outras	25,5	11,0	15,5	19,7	33,8	77,0	41,1	26,7	0,0
<b>Despesa efetiva</b>	<b>24.077,4</b>	<b>18.602,0</b>	<b>18.553,2</b>	<b>19.256,2</b>	<b>78,4</b>	<b>80,0</b>	<b>-0,3</b>	<b>3,8</b>	<b>3,8</b>
<b>Saldo global</b>	<b>62,9</b>	<b>1.001,4</b>	<b>1.038,9</b>	<b>236,7</b>					
<i>Por memória:</i>									
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	-786,3	381,7	497,1	1.486,6					
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0	0,0	0,0					
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	849,2	619,7	541,9	-1.249,9					

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP

Notas:

Os valores relativos ao ano anterior foram objecto de ajustamento à informação divulgada na Síntese de Execução Orçamental deste ano, em virtude de operações de consolidação anual e revisão de elementos em sede de encerramento de contas.

Valores consolidados - são excluídas transferências intra-setoriais.

## 16 - Administração Regional

### Execução Orçamental da Administração Regional (janeiro a outubro)

€ Milhões

	R. Autónoma dos Açores				R. Autónoma da Madeira				Administração Regional			
	Ano	outubro		VH (%)	Ano	outubro		VH (%)	Ano	outubro		VH (%)
	2011	2011	2012		2011	2011	2012		2011	2011	2012	
<b>Receita corrente</b>	<b>714,6</b>	<b>570,6</b>	<b>540,5</b>	<b>-5,3</b>	<b>1.015,9</b>	<b>832,4</b>	<b>715,6</b>	<b>-14,0</b>	<b>1.730,5</b>	<b>1.403,0</b>	<b>1.256,1</b>	<b>-10,5</b>
Impostos diretos	192,1	140,9	127,0	-9,9	258,8	194,5	176,4	-9,3	450,9	335,4	303,4	-9,5
<i>dos quais:</i>												
Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	145,9	104,8	106,6	1,7	183,0	133,8	132,9	-0,7	328,9	238,7	239,5	0,3
Imposto sobre Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	46,1	36,0	20,4	-43,3	72,0	56,9	43,5	-23,6	118,1	92,9	63,9	-31,2
Impostos indiretos	309,8	233,1	223,2	-4,2	408,4	328,9	316,9	-3,6	718,1	561,9	540,2	-3,9
<i>dos quais:</i>												
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	193,0	143,3	137,5	-4,0	266,7	220,7	211,5	-4,2	459,8	364,0	349,0	-4,1
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	4,8	3,8	3,1	-18,4	6,3	4,9	4,3	-12,2	11,1	8,8	7,5	-14,8
Taxas, Multas e Outras Penalidades	18,5	14,4	15,5	7,6	24,9	17,9	22,5	25,7	43,4	32,3	38,0	17,6
Rendimentos da Propriedade	2,6	1,9	1,5	-21,1	4,3	3,2	8,5	165,6	6,9	5,1	10,0	96,1
Transferências Correntes	167,1	161,2	153,7	-4,7	285,7	272,7	156,7	-42,5	452,7	433,9	310,4	-28,5
Administração Central - Estado	146,0	146,0	139,0	-4,8	242,2	234,5	129,0	-45,0	388,2	380,5	268,0	-29,6
Outros subsectores das AP	13,1	10,7	7,5	-29,9	16,0	15,1	13,4	-11,3	29,1	25,8	20,9	-19,0
Resto do mundo	7,4	4,0	6,3	57,5	27,4	22,8	13,9	-39,0	34,8	26,9	20,2	-24,9
Outras transferências	0,6	0,5	0,9	80,0	0,0	0,3	0,4	33,3	0,7	0,7	1,2	71,4
Venda de bens e serviços correntes	15,3	12,3	15,0	22,0	9,4	7,8	11,7	50,0	24,7	20,0	26,7	33,5
Reposições não abatidas nos pagamentos	2,3	2,1	0,9	-57,1	1,0	0,7	0,5	-28,6	3,3	2,8	1,4	-50,0
Outras receitas correntes	2,2	1,1	0,7	-36,4	17,2	1,7	17,9	952,9	19,4	2,8	18,6	564,3
<b>Receita de capital</b>	<b>318,7</b>	<b>268,4</b>	<b>274,0</b>	<b>2,1</b>	<b>65,1</b>	<b>56,5</b>	<b>82,4</b>	<b>45,8</b>	<b>383,8</b>	<b>324,9</b>	<b>356,4</b>	<b>9,7</b>
Venda de Bens de Investimento	0,3	0,3	0,0	-100,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,5	0,4	0,2	-50,0
Transferências de Capital	318,2	268,1	273,6	2,1	64,7	56,1	82,2	46,5	383,0	324,1	355,8	9,8
Administração Central - Estado	206,2	205,9	187,2	-9,1	8,5	8,4	41,7	396,4	214,7	214,3	228,9	6,8
Outros subsectores das AP	0,4	0,2	4,5	2.150,0	4,6	0,2	1,5	650,0	4,9	0,4	6,0	1.400,0
Resto do mundo	111,6	61,8	79,9	29,3	51,6	47,4	39,1	-17,5	163,2	109,2	119,0	9,0
Outras transferências	0,2	0,1	2,0	1.900,0	0,1	0,1	0,0	-100,0	0,2	0,2	2,0	900,0
Outras receitas de capital	0,1	0,1	0,4	300,0	0,3	0,2	0,0	-100,0	0,3	0,3	0,4	33,3
<b>Receita Efetiva</b>	<b>1.033,3</b>	<b>839,0</b>	<b>814,5</b>	<b>-2,9</b>	<b>1.081,0</b>	<b>888,9</b>	<b>797,9</b>	<b>-10,2</b>	<b>2.114,3</b>	<b>1.727,9</b>	<b>1.612,5</b>	<b>-6,7</b>
<b>Despesa Corrente</b>	<b>860,5</b>	<b>669,7</b>	<b>627,1</b>	<b>-6,4</b>	<b>945,4</b>	<b>753,9</b>	<b>830,3</b>	<b>10,1</b>	<b>1.805,9</b>	<b>1.423,6</b>	<b>1.457,4</b>	<b>2,4</b>
Despesas com o pessoal	375,9	296,0	264,3	-10,7	390,0	307,3	280,7	-8,7	766,0	603,3	545,0	-9,7
Aquisição de bens e serviços	167,6	101,3	92,6	-8,6	179,8	146,0	231,2	58,4	347,4	247,3	323,8	30,9
Juros e outros encargos	13,6	10,8	22,2	105,6	43,1	35,4	49,2	39,0	56,7	46,2	71,4	54,5
Transferências	242,5	214,9	214,7	-0,1	287,5	226,2	235,7	4,2	530,0	441,1	450,3	2,1
Subsectores das AP	7,3	12,0	1,5	-87,5	0,5	0,4	0,3	-25,0	7,8	12,5	1,8	-85,6
Outras transferências	235,2	202,9	213,2	5,1	287,0	225,7	235,4	4,3	522,2	428,6	448,5	4,6
Subsídios	47,3	35,7	23,5	-34,2	25,4	22,4	14,1	-37,1	72,7	58,1	37,7	-35,1
Outras despesas correntes	13,6	11,0	9,8	-10,9	19,6	16,6	19,5	17,5	33,1	27,6	29,3	6,2
<b>Despesa de Capital</b>	<b>196,3</b>	<b>145,9</b>	<b>130,5</b>	<b>-10,6</b>	<b>124,8</b>	<b>118,6</b>	<b>81,8</b>	<b>-31,0</b>	<b>321,1</b>	<b>264,5</b>	<b>212,3</b>	<b>-19,7</b>
Aquisição de bens de capital	88,5	57,3	33,7	-41,2	94,6	90,8	51,2	-43,6	183,1	148,1	85,0	-42,6
Transferências	107,4	88,3	96,4	9,2	30,2	27,8	30,6	10,1	137,6	116,0	127,0	9,5
Subsectores das AP	14,1	10,7	8,5	-20,6	5,0	4,7	5,0	6,4	19,1	15,4	13,5	-12,3
Outras transferências	93,3	77,6	88,0	13,4	25,2	23,1	25,6	10,8	118,5	100,6	113,6	12,9
Outras despesas de capital	0,4	0,3	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,3	0,3	0,0
<b>Despesa efetiva</b>	<b>1.056,8</b>	<b>815,6</b>	<b>757,6</b>	<b>-7,1</b>	<b>1.070,2</b>	<b>872,5</b>	<b>912,1</b>	<b>4,5</b>	<b>2.127,0</b>	<b>1.688,1</b>	<b>1.669,7</b>	<b>-1,1</b>
<b>Saldo global</b>	<b>-23,5</b>	<b>23,4</b>	<b>56,9</b>		<b>10,9</b>	<b>16,4</b>	<b>-114,1</b>		<b>-12,6</b>	<b>39,8</b>	<b>-57,2</b>	
<i>Por memória:</i>												
Despesa primária	1.043,2	804,8	735,4	-8,6	1.027,0	837,1	862,9	3,1	2.070,2	1.641,9	1.598,4	-2,6
Saldo primário	-9,9	34,2	79,1		54,0	51,8	-65,0		44,1	86,0	14,1	
Saldo corrente	-145,9	-99,1	-86,6		70,6	78,5	-114,7		-75,3	-20,6	-201,3	
Saldo de capital	122,4	122,5	143,5		-59,7	-62,1	0,5		62,7	60,4	144,1	
Activos financeiros líquidos de reembolsos	0,6	0,6	0,4		7,4	6,5	229,3		8,0	7,1	229,7	
<i>dos quais Receitas de:</i>												
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	
Outros Ativos	-0,6	-0,6	-0,1		-1,5	-1,0	-0,5		-2,0	-1,5	-0,7	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	23,0	0,0	0,4		5,6	-13,7	652,5		28,6	-13,7	652,9	
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-1,1	22,9	57,0		9,1	-3,9	309,1		8,0	19,0	366,0	

Fonte: Governos Regionais da Madeira e dos Açores

## 17 - Administração Local

Execução Orçamental da Administração Local (janeiro a outubro)

€ Milhões

	Ano	Universo Real		Universo Comparável		Var. Abs.	Var. Cad. (%)
		2012		2012			
	2011	set	out	set	out	out [a]	
<b>Receita corrente</b>	<b>5.658,1</b>	<b>3.898,7</b>	<b>4.261,2</b>	<b>3.450,9</b>	<b>4.160,3</b>	<b>709,5</b>	<b>81,5</b>
Impostos diretos	2.113,6	1.412,6	1.755,7	1.274,3	1.710,5	436,1	
Imposto Municipal sobre Transmissões	501,9	297,5	301,4	270,9	293,8	22,9	
Imposto Municipal sobre Imóveis	1.167,9	745,2	1.063,3	667,7	1.034,2	366,5	
Imposto Municipal sobre Veículos	183,8	154,0	154,4	135,8	150,2	14,4	
Derrama	251,8	213,4	233,9	197,7	229,7	32,0	
Outros	8,2	2,5	2,6	2,2	2,5	0,4	
Impostos indiretos	134,1	100,2	101,4	92,6	100,3	7,7	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	234,2	137,2	152,4	125,1	151,1	26,0	
Rendimentos da Propriedade	259,3	172,9	178,7	154,0	174,5	20,6	
Transferências Correntes	2.137,3	1.514,6	1.490,2	1.305,3	1.455,2	149,8	
Lei das Finanças Locais	1.662,1	1.168,4	1.155,4	1.017,8	1.134,7	116,9	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.132,4	776,9	753,9	666,9	742,7	75,8	
Fundo Social Municipal	153,2	104,7	102,2	89,5	99,3	9,9	
Participação IRS	376,5	286,8	299,2	261,4	292,6	31,2	
Outros subsectores das AP	422,0	306,8	297,2	254,7	283,1	28,4	
Resto do mundo	23,1	17,4	17,8	15,8	17,6	1,7	
Outras transferências	30,1	22,0	19,8	17,0	19,8	2,8	
Venda de bens e serviços correntes	704,5	511,3	533,5	455,3	521,5	66,2	
Reposições não abatidas nos pagamentos	13,1	6,3	6,3	5,7	6,1	0,4	
Outras receitas correntes	62,0	43,7	43,0	38,6	41,2	2,6	
<b>Receita de capital</b>	<b>1.624,8</b>	<b>1.088,1</b>	<b>1.096,8</b>	<b>952,5</b>	<b>1.079,3</b>	<b>126,8</b>	<b>-0,8</b>
Venda de Bens de Investimento	84,2	44,5	43,3	39,9	43,2	3,3	
Transferências de Capital	1.522,8	1.032,0	1.042,0	901,5	1.024,5	123,0	
Lei das Finanças Locais	728,6	504,1	489,8	432,9	482,3	49,4	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	728,6	504,1	489,8	432,9	482,3	49,4	
Fundo de Coesão Municipal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Outros subsectores das AP	101,8	49,6	49,5	46,9	49,5	2,6	
Resto do mundo	677,8	460,5	484,1	404,3	474,2	69,9	
Outras transferências	14,6	17,8	18,6	17,4	18,6	1,2	
Outras receitas de capital	17,8	11,6	11,5	11,1	11,5	0,4	
<b>Receita Efetiva</b>	<b>7.282,9</b>	<b>4.986,8</b>	<b>5.358,0</b>	<b>4.403,4</b>	<b>5.239,7</b>	<b>836,2</b>	<b>61,3</b>
<b>Despesa Corrente</b>	<b>5.032,6</b>	<b>3.330,6</b>	<b>3.400,3</b>	<b>2.936,9</b>	<b>3.324,7</b>	<b>387,8</b>	<b>27,9</b>
Despesas com o pessoal	2.365,0	1.513,5	1.508,5	1.332,6	1.479,4	146,8	
Aquisição de bens e serviços	1.789,4	1.247,1	1.298,5	1.096,5	1.265,5	169,0	
Juros e outros encargos	141,5	98,4	104,1	87,8	103,4	15,6	
Transferências	477,8	306,4	316,8	271,1	306,6	35,5	
Subsectores das AP	219,4	138,7	143,7	121,8	138,5	16,6	
Outras transferências	258,3	167,7	173,1	149,3	168,1	18,9	
Subsídios	163,5	101,2	106,2	91,3	105,4	14,1	
Outras despesas correntes	95,4	64,0	66,1	57,6	64,4	6,8	
<b>Despesa de Capital</b>	<b>2.042,4</b>	<b>1.266,9</b>	<b>1.287,3</b>	<b>1.116,3</b>	<b>1.271,0</b>	<b>154,6</b>	<b>16,9</b>
Aquisição de bens de capital	1.670,2	1.050,6	1.064,0	922,6	1.049,6	127,0	
Transferências	335,2	183,1	187,9	161,0	186,1	25,1	
Subsectores das AP	145,4	83,1	80,2	69,0	79,5	10,6	
Outras transferências	189,8	100,0	107,8	92,0	106,5	14,5	
Outras despesas de capital	37,0	33,1	35,4	32,8	35,4	2,5	
<b>Despesa efetiva</b>	<b>7.075,0</b>	<b>4.597,5</b>	<b>4.687,7</b>	<b>4.053,2</b>	<b>4.595,7</b>	<b>542,4</b>	<b>24,6</b>
<b>Saldo global</b>	<b>207,9</b>	<b>389,3</b>	<b>670,3</b>	<b>350,2</b>	<b>644,0</b>	<b>293,8</b>	
<i>Por memória:</i>							
Despesa primária	6.933,5	4.499,1	4.583,6	3.965,4	4.492,3	526,8	
Saldo primário	349,4	487,7	774,4	438,0	747,4	309,4	
Saldo corrente	625,4	568,2	860,9	514,0	835,6	321,7	
Saldo de capital	-417,6	-178,8	-190,5	-163,8	-191,7	-27,9	
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	16,1	3,6	1,9	1,6	1,8	0,2	
<i>dos quais Receitas de:</i>							
Alienação de partes de Capital	-1,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	0,0	
Outros Ativos	-12,9	-14,1	-14,4	-14,1	-14,4	-0,3	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-140,7	-204,2	-260,2	-187,9	-256,9	-69,0	
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	51,0	181,6	408,3	160,7	385,3	224,5	
Taxa de particip. financiam. comunitário	40,6%	43,8%	45,5%	43,8%	45,2%		

Fonte: BIORC - DGO com base nos dados do SIAL.

[a] Valores mensais.

Universo completo: 308 Municípios

**2011 (Univ. Real)**

jan-dez (Ano): 308 Mun.

jan-out: 308 Mun.

**2012 (Univ. Real)**

**outubro: 264 Mun; Faltosos:**

- Alcochete - Alenquer - Alijó - Armamar - Azambuja - Barcelos - Barrancos - Cabeceiras de Basto - Cadaval - Calheta (São Jorge) - Castanheira de Pêra - Condeixa-a-Nova - Covilhã - Faro - Freixo de Espada à Cinta - Gavião - Grândola - Mação - Melgaço - Mira - Montemor-o-Novo - Mourão - Paços de Ferreira - Paredes - Penamacor - Peso da Régua - Portalegre - Redondo - Ribeira Grande - Santa Cruz das Flores - Santa Maria da Feira - Santarém - Serpa - Sesimbra - Sever do Vouga - Tabuaço - Torres Novas - Trofa - Valença - Viana do Castelo - Vila de Rei - Vila Pouca de Aguiar - Vila Verde - Vouzela

**2012 (Univ. Comparável)**

**outubro: 261 Mun; Faltosos:**

- Águeda - Alcochete - Alenquer - Alijó - Amadora - Armamar - Azambuja - Barcelos - Barrancos - Cabeceiras de Basto - Cadaval - Caldas da Rainha - Calheta (São Jorge) - Castanheira de Pêra - Condeixa-a-Nova - Covilhã - Faro - Freixo de Espada à Cinta - Gavião - Grândola - Mação - Melgaço - Mira - Montemor-o-Novo - Mourão - Paços de Ferreira - Paredes - Penamacor - Peso da Régua - Portalegre - Redondo - Ribeira Grande - Santa Cruz das Flores - Santa Maria da Feira - Santarém - Serpa - Sesimbra - Sever do Vouga - Tabuaço - Torres Novas - Trofa - Valença - Viana do Castelo - Vila de Rei - Vila Pouca de Aguiar - Vila Verde - Vouzela

## 18 - Dívida não Financeira da Administração Pública

Contas a Pagar, da Administração Central, em final de outubro de 2012

€ Milhões

Ministérios	Stock de Dívida					Variação de Dívida face ao início do ano				
	Entidades fora das Administrações Públicas			Entidades das Admin. Públicas	TOTAL	Entidades fora das Administrações Públicas			Entidades das Admin. Públicas	TOTAL
	Dívida Comercial	Restantes Dívidas a sectores fora das AP	Total			Dívida Comercial	Restantes Dívidas a sectores fora das AP	Total		
Encargos Gerais do Estado	0	2	2	1	3	0	2	2	0	1
Presidência do Conselho de Ministros	39	12	52	0	52	-5	8	3	0	3
Finanças	2	0	2	1	2	0	-112	-113	0	-112
Negócios Estrangeiros	4	1	5	0	5	0	-38	-38	0	-38
Defesa Nacional	55	3	59	3	61	36	3	39	3	41
Administração Interna	29	0	29	0	30	18	-2	16	0	16
Justiça	26	15	41	7	48	-32	-1	-33	6	-27
Economia e Emprego	102	155	256	19	276	-79	72	-7	18	11
Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	17	89	106	7	113	-11	-31	-42	4	-38
Saúde	22	1	23	0	23	21	1	22	0	22
Educação e Ciência	131	61	193	21	213	-26	51	25	14	40
Solidariedade e Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>428</b>	<b>340</b>	<b>767</b>	<b>60</b>	<b>827</b>	<b>-78</b>	<b>-48</b>	<b>-126</b>	<b>46</b>	<b>-80</b>

Nota: valores provisórios. Definições de acordo com a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. A dívida comercial refere-se a dívidas com aquisição de bens e serviços, bens de capital e despesas de saúde a entidades fora das Administrações Públicas.

Os dados incluem as empresas públicas reclassificadas da Adm. Central

Fonte: Ministério das Finanças

Contas a Pagar a Entidades fora das AP (Stock no final do período)

€ Milhões

Subsector	2012										
	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	
Administração Central	894	1031	972	1058	736	945	753	760	883	767	
Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Administração Regional	2.124	2.136	2.197	2.167	2.044	2.100	2.095	2.078	2.126	2.259	

Notas:

Valores para a Administração Central revistos por incorporação de informação anteriormente não reportada.

Valores para a Administração Local relativos a 2012 não disponíveis.

Fonte: Compilado pela DGO sobre os dados recolhidos pela DGAL, DGO, DR Orçamento e Contabilidade da Madeira e DR Orçamento e Tesouro dos Açores

Pagamentos em atraso (dívidas por pagar há mais de 90 dias)

€ Milhões

Subsector	2011	2012									
	dezembro	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro provisório
<b>Administrações Públicas</b>											
Admin. Central excl. Subsetor da Saúde	162	190	204	191	179	135	155	129	122	120	98
Subsector da Saúde	214	219	194	152	185	202	216	200	36	37	32
Entidades públicas reclassificadas	58	51	50	45	46	61	48	39	39	33	-
Administração Local	1.647	1.690	1.711	1.738	1.760	1.657	1.597	1.552	1.531	1.503	1.480
Administração Regional	1.129	1.185	1.215	1.287	1.320	1.261	1.319	1.304	1.286	1.267	1.229
<b>Total</b>	<b>3.211</b>	<b>3.335</b>	<b>3.373</b>	<b>3.413</b>	<b>3.490</b>	<b>3.315</b>	<b>3.334</b>	<b>3.224</b>	<b>3.014</b>	<b>2.960</b>	<b>2.838</b>
Total consolidado	3.087	3.219	3.254	3.289	3.365	3.200	3.226	3.117	2.909	2.855	2.730
<b>Outras Entidades</b>											
Empresas públicas não reclassificadas	20	11	18	19	26	32	34	32	40	46	-
Hospitais EPE	1.616	1.695	1.697	1.856	1.948	1.996	1.877	1.806	1.086	1.044	1.028
<b>Administrações Públicas e outras entidades - Total</b>	<b>4.724</b>	<b>4.925</b>	<b>4.969</b>	<b>5.164</b>	<b>5.339</b>	<b>5.227</b>	<b>5.137</b>	<b>4.955</b>	<b>4.034</b>	<b>3.945</b>	<b>3.759</b>

Notas: Conceito de acordo com a definição da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro de 2012;

Fonte: Compilado pela DGO sobre os dados recolhidos pela ACSS, DGAL, DGO, DGTF, DR Orçamento e Contabilidade da Madeira e DR Orçamento e Tesouro dos Açores.

## Glossário

### A

**Ativos financeiros (receita)** – Receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e ações ou outras formas de participação, assim como as resultantes de reembolso de empréstimos ou subsídios concedidos (*vide* Classificador Económico das receitas e despesas públicas).

**Ativos financeiros (despesa)** – Operações financeiras quer com a aquisição de títulos de crédito, incluindo obrigações, ações, quotas e outras formas de participação, quer com a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis (*vide* Classificador Económico receitas e despesas públicas).

**Administrações Públicas** – Universo que compreende a Administração Central (serviços integrado e serviços e fundos autónomos), a Administração Regional (órgãos de governos regionais e serviços e fundos autónomos) e Local (municípios, freguesias e serviços e fundos autónomos) e a Segurança Social.

### B

**Bens e serviços correntes** – Despesas com bens de consumo (duráveis ou não), a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital, e serviços (*vide* Classificador Económico).

### C

**Cativação (ou congelamento)** - Retenção de verbas do orçamento de despesa determinado na Lei do Orçamento do Estado, no decreto-lei de execução orçamental anual ou em decreto-lei específico, que se traduz numa redução da dotação utilizável pelos serviços e organismos.

A libertação destes montantes – **descativação** - é sujeita à autorização do Ministro das Finanças, que decide em função da evolução da execução orçamental e das necessidades de financiamento

**Contabilidade Pública (ótica da)** - Ótica de Caixa, ou de gerência – em que são considerados os recebimentos e pagamentos ocorridos em dado período.

**Contribuição VH pp.** - Contributo para a variação homóloga, correspondente ao contributo de cada parcela constituinte de um dado agregado para a variação homóloga desse agregado, medido em pontos percentuais.

### D

**Despesa corrente primária** - Despesa corrente excluindo a rubrica de juros e outros encargos.

#### **Despesa efetiva**

Nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental, as despesas efetivas são as que alteram definitivamente o património financeiro líquido, constituído pelos ativos financeiros detidos, nomeadamente pelas disponibilidades, pelos depósitos, pelos títulos, pelas ações e por outros valores mobiliários, subtraídos dos passivos financeiros.

A forma de cálculo para os diversos subsectores das Administrações Públicas é a seguinte:

**Estado** - Total da soma dos agrupamentos da classificação económica de despesa orçamental, com exclusão das “transferências de capital para o Fundo de Regularização da Dívida Pública”, “ativos financeiros” e “passivos financeiros”;

**Restantes subsectores** - Soma dos agrupamentos da classificação económica de despesa, com exclusão dos “ativos financeiros” e “passivos financeiros”.

**Despesa primária** - Despesa efetiva excluindo a rubrica de juros e outros encargos.

**Despesa com pessoal** – Consideram-se todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela Administração.

**Dotação corrigida** – Recursos disponíveis para utilização pelos serviços, correspondentes à dotação orçamental inicial, abatida de cativos e corrigida com as alterações orçamentais que tenham tido lugar.

### E

**Estado – (em sentido estrito)** Conjunto dos serviços dotados de autonomia administrativa. Nos termos do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO). O subsector Estado corresponde ao conjunto dos “serviços integrados”. O orçamento de despesa dos serviços integrados inclui transferências para outros subsectores das administrações públicas, que são processados pelos diversos ministérios.

**Execução orçamental** – Conjunto de operações que conduzem à cobrança de receitas previstas e ao pagamento de despesas fixadas no Orçamento do Estado.

## Glossário

### F

**Financiamento Nacional** – Conjunto das fontes de financiamento com origem em receitas: gerais; próprias; transferências entre subsectores e dívida (excluí as receitas provenientes de fundos comunitários).

**Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)** - Fundo estrutural criado pela Comissão Europeia e que contribui essencialmente para ajudar as regiões menos desenvolvidas, as que se encontram em reconversão económica e as que têm dificuldades estruturais.

**Fundo Social Europeu (FSE)** – Fundo estrutural que intervém essencialmente no âmbito da estratégia europeia para o emprego.

### G

**Grau de execução** – Indicador, em percentagem, resultante da relação entre o valor executado no período em análise, para uma dada rubrica ou agregado de receita ou despesa, e o correspondente valor da previsão ou dotação corrigida abatido de cativos. Este grau é aferido por referência ao orçamento rectificativo

### I

**Impostos diretos** – Receitas resultantes da tributação dos rendimentos de capital e do trabalho, dos ganhos de capital e de outras fontes de rendimentos incluindo as que recaem sobre o património, ex. IRS, IRC, Contribuição autárquica (*vide* Classificador Económico).

**Impostos indiretos** – Receitas que recaem sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços, ex. Imposto sobre valor acrescentado (IVA), Especiais, Imposto Automóvel (IA), Imposto do Selo (*vide* Classificador Económico).

### O

**Outra despesa corrente** – Despesa corrente que assume carácter residual relativamente à despesa corrente, podendo-se desdobrar por subagrupamentos consoante a sua natureza, como por exemplo, “dotação Provisional”, “impostos e taxas” etc.

### P

**Padrão de segurança da despesa** - Indicador, medido em percentagem, que corrige a sazonalidade, tendo em conta a distribuição intra-anual da despesa em análise ao longo dos últimos quatro anos. Os valores considerados são os relativos à dotação corrigida.

**Passivos financeiros (receita)** - Receitas provenientes da emissão de obrigações e de empréstimos contraídos a curto e a médio longo prazo (*vide* Classificador Económico).

**Passivos financeiros (despesa)** - Operações financeiras, englobando as de tesouraria e as de médio e longo prazos, que envolvam pagamentos decorrentes quer da amortização de empréstimos, titulados ou não, quer da regularização de adiantamentos ou de subsídios reembolsáveis, quer, ainda, da execução de avals ou garantias (*vide* Classificador Económico).

**Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central PIDDAC** – refere-se às despesas de investimento da responsabilidade da Administração Central.

**Programa orçamental** – Abrange as despesas correspondentes a um conjunto de medidas de carácter plurianual que concorrem, de forma articulada, para a concretização de um ou vários objetivos específicos, relativos a uma ou mais políticas públicas (*vide* artigo 19º da LEO).

### Q

**Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)** - Documento estratégico para o período 2007-2013, que enquadra a concretização em Portugal de políticas de desenvolvimento económico, social e territorial através dos fundos estruturais e de coesão associados à política de coesão da União Europeia (*vide* Resolução de Conselho do Ministros n.º 86/2007, de 28 de Junho).

**Receita consignada** – Receita que a título excepcional e por determinação legal é afeta a despesas pré-determinadas.

**Receita efetiva**

Nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental, as receitas efetivas são as que alteram definitivamente o património financeiro líquido, constituído pelos ativos financeiros detidos, nomeadamente pelas disponibilidades, pelos depósitos, pelos títulos, pelas ações e por outros valores mobiliários, subtraídos dos passivos financeiros.

A forma de cálculo para os diversos subsectores das Administrações Públicas é a seguinte:

**Estado** - Total da soma dos capítulos da classificação económica de receita orçamental, com exclusão dos “ativos financeiros” e “passivos financeiros” (vide Classificador Económico);

**Restantes subsectores** - Toda a Receita, com exclusão dos “ativos financeiros”, “passivos financeiros” e “saldos da gerência anterior”.

**Receita própria** – Cobranças efectuadas pelos serviços ou organismos do Estado, resultantes da sua atividade específica, da administração e alienação do seu património e quaisquer outras que por Lei ou contrato lhes devam pertencer, e sobre as quais detêm poder discricionário no âmbito dos respetivos diplomas orgânicos.

**Receitas correntes** - Referem-se as receitas que se renovam em todos os períodos financeiros.

**Receitas fiscais** – Receitas provenientes de impostos, sendo o financiamento que o setor público extrai do setor privado sob a forma coerciva, como meio de contribuir para o financiamento geral da atividade pública.

**Remunerações certas e permanentes** – Consideram-se todas as remunerações pagas como forma principal de retribuição dos trabalhadores em funções públicas, assumindo, assim, um carácter certo e permanente.

**Reposições não abatidas nos pagamentos** – Corresponde a entradas de fundos na tesouraria do Estado/organismo em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou por não terem sido utilizados pelas entidades que os receberam (vide Classificador Económico).

**Rubrica de classificação económica** – *Item* de receita ou despesas pública que tem associado um dado código e uma designação segundo uma classificação por natureza da operação económica que lhe dá origem.

**Saldo Corrente** - Diferença entre a receita corrente e a despesa corrente.

**Saldo Capital** - Diferença entre a receita de capital e a despesa de capital.

**Saldo global** - Diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva.

**Saldo Primário** - Diferença entre a receita efetiva e a despesa primária

**Saldo orçamental** – Diferença entre Receitas de Estado e Despesas de Estado.

**Serviços e Fundos Autónomos (SFA)** - Organismos dotados de autonomia administrativa e financeira, regime que assume um carácter excepcional face à regra geral (autonomia administrativa). Excluindo os casos em que tal decorre de imperativo constitucional, este regime apenas pode ser atribuído a serviços que satisfaçam, cumulativamente, certos requisitos: Não tenham natureza e forma de empresa, fundação ou associação públicas; Quando se justifique para a adequada gestão (em particular a gestão de fundos comunitários); E as suas receitas próprias atinjam um mínimo de dois terços das despesas totais, com exclusão das despesas co-financiadas pela União Europeia.

(vide artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental e art.º 6.º da Lei de Bases da Contabilidade Pública - Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro).

**Subsídios** – Fluxos financeiros não reembolsáveis do Estado para as empresas públicas (equiparadas ou participadas) e empresas privadas, destinadas ao seu equilíbrio financeiro e à garantia, relativamente ao produto da sua atividade, de níveis de preços inferiores aos respetivos custos. Consideram-se ainda “Subsídios” as compensações provenientes das políticas ativas de emprego e formação profissional (vide Classificador Económico).

**Transferências correntes** – Verbas destinadas a quaisquer organismos ou entidade, para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação direta para com o organismo dador (vide Classificador Económico).

**Transferências de capital** – Recursos financeiros que se destinam a financiar despesas de capital das unidades receptoras (vide Classificador Económico).

**VH - Taxa de variação homóloga** - Variação relativa (medida em percentagem) do valor do ano em análise face ao valor em idêntico período do ano anterior.